



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JONAS CAMISA NOVA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 24/11/2016

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exposição com audiovisual, podendo causar a indeterminação do texto

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Bom dia. Sejam bem-vindos.

Declaro abertos os trabalhos da 27ª audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento. Esta é a terceira audiência pública sobre o PL 509/16, de autoria do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2017. Orçamento 2017.

Informo que esta reunião é transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line. A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no Portal da Câmara Municipal de São Paulo, link Audiências Públicas, registros escritos.

Cronograma de discussão. Tema, Saúde. Compõe a Mesa a Secretária Municipal de Saúde, representada, neste ato, pela Dra. Mariana Neubern de Souza Almeida, chefe de gabinete; Superintendência da Autarquia Hospitalar Municipal, Sr. Nilson Geraldo da Silva, coordenador geral das finanças; Secretária Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, Sr. Ahmed Sameer El Khatib, assessor da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento; Superintendência do Hospital do Servidor Público Municipal, Dra. Regina Lúcia Pedro Athié.

Tem a palavra a Sra. Mariana.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Bom tarde a todos que estão presentes para fazer a discussão do orçamento público da área da Saúde.

Farei uma apresentação muito simples e sucinta só para termos uma ideia com relação aos parâmetros gerais de como que nortearam o processo de elaboração da proposta orçamentária para 2017 da área da Saúde.

Em termos de procedimento, é importante que todos saibam que a elaboração do orçamento da área da Saúde, assim como as demais áreas, ela segue as regras que são estabelecidas pela Secretaria Municipal de Finanças, que, em virtude das condições de receitas previstas para o ano que vem, apresentou para a gente alguns parâmetros, ou seja, os

valores totais aqui gastos para a área da Saúde não são de definição da Saúde, mas vêm a depender de quanto dinheiro vai estar disponível. Isso é dado pela Secretaria Municipal de Finanças, e o que nos cabe, de fato, é uma distribuição do recurso que nos foi disponibilizado entre as diversas ações que podem ser realizadas pela Saúde.

No caso, por exemplo, de todos os gastos com pessoal, que sempre é um tema grande, ele também não nos cabe fazer isoladamente a projeção. A projeção das demandas de pessoal é feita de maneira centralizada pela Secretaria Municipal de Gestão, considerando os eventos que são previstos e autorizados para o ano seguinte. Então, o que nós temos principalmente aqui é a apresentação do ponto de vista dos totais, como eles ficam em comparação entre 2017 e 2016. Eu posso dizer, de maneira geral, que o que a gente fez foi basicamente colocar, do ponto de vista de custeio, a manutenção das atividades que estavam em contratos que já estão vigentes hoje na secretaria; e, do ponto de vista de investimentos, espaços para manutenção das obras que estão em andamento e finalização delas, e sempre há algum recurso, principalmente para a questão de obras emergenciais. Então, grosso modo, é isso. É um orçamento para 2017 neste momento do ponto de vista da peça orçamentária. É uma peça bastante simples, do ponto de vista da Saúde, porque reflete, de alguma maneira, aquilo que vem sendo realizado hoje. Aí isso que não quer dizer que não tenha que ser discutido; apenas ela reflete parte do que já está em andamento.

O total do orçamento da Saúde está bem clarinho. São 9,388 bilhões de reais previstos. Estão estimados para serem gastos em 2016. Para 2017, esse número sobe para 9,875 bilhões. Então, é um aumento de 500 milhões de reais na área da Saúde, do ponto de vista agregado, total. Quem está incluído aqui? Tudo que é Secretaria Municipal mais HSPM e mais autarquia, nesse número total que eu estou falando.

Aqui tudo é dividido por fontes de recursos. Então, é o mesmo número total lá em baixo. A última linha continua tanto para 2016 como para 2017. É o mesmo número total. Essa tabelinha aqui serve para a gente comparar os 500 milhões de reais, na verdade, de onde eles

vêm fundamentalmente, ou seja, quem está portando esse recurso a mais na Saúde. É o município, é o Governo Federal, é o Estado ou são recursos próprios? Então, se a gente comparar a última linha, para facilitar, pegar a última coluna da direita, tanto do quadrinho de 2016 quanto do quadrinho de 2017, comparar essas duas últimas, o Tesouro, ou seja, o recurso municipal na área da Saúde, em 2016, está previsto um total de 7,1 bilhões, que se ampliam para 2017, para 7,282 bilhões. Então, quase, 180 milhões, mais ou menos dos 500 que foram aumentados na saúde são de fonte municipal.

Da União, se sai de um patamar de 2,249 bilhões para 2,539 bilhões. Aí são mais, quase 300 milhões, que vão para a União. O Estado sai de 30 para 43, e recursos próprios de 9 para 11, que são montantes menores, já tradicionalmente. Dos grandes fontes, na área de Saúde, são municipal e federal.

Aqui é a distribuição entre dotações. É bem dentro da dotação em valores globais para a questão de investimentos. Em 2016, o total de investimento na área da Saúde foi em 276 milhões de reais, que, como previsão para 2017, colocam 449 milhões. Então, há um crescimento aí de previsão focado na fonte federal. Há duas fontes, a fonte 00 e a fonte 02.

São as duas colunas, as duas primeiras colunas de números. A fonte municipal, basicamente ela fica instável. Tem uma pequena redução de cinco milhões e a fonte federal ela tem um salto. A razão desse salto é porque temos ainda diversas obras aprovadas e que estão em andamento e com recursos federais a entrar no Município. É por isso que tem essa perspectiva. A gente sempre coloca essa previsão porque os projetos estão aprovados ainda que os recursos não tenham sido disponibilizados ainda para a Prefeitura do Município de São Paulo.

Aqui é o mesmo quadrinho de antes, só que agora aberto entre os grandes órgãos da Secretaria Municipal de Saúde, da área da Saúde, que é a Secretaria, autarquia e o HSPM. Na verdade isso aqui é só a abertura daqueles nove bilhões que eu tinha falado na primeira fala, abrindo cada um deles, a maior parte é o Fundo Municipal de Saúde, que sai de uma

perspectiva de 7 bilhões 673 mil para 2016, para oito bilhões em 2017, o total, e aqui Autarquia que sai de 1 bilhão 419 mil para 1.546, e o HSPM sai de 297 milhões para 308 milhões, o orçamento total.

Do total do orçamento municipal que foi repassado para à saúde a mais, que era aqueles 180 e poucos milhões que vimos na primeira, a quase totalidade é direcionada para incremento em pessoal, que não é calculado pela Secretaria Municipal de Saúde, sozinha, na verdade vem um parâmetro em relação, porque quem paga, quem faz os cálculos de folha vem da Secretaria Municipal de Gestão que coordena o RH da Prefeitura do Município de São Paulo, em geral.

Pessoal da direta e indireta. Indireta aqui significa autarquia e HSPM. Cuidado, que muitas vezes o pessoal entende indireta como outros tipos de contratação. Autarquia HSPM e da própria Secretaria sai de um total de 2 bilhões 642 mil, para 2 bilhões 822 mil. E o financiamento desse aumento é fundamentalmente com recurso do Tesouro Municipal. O aumento que o Tesouro Municipal coloca a mais na Saúde, para 2017, está estimado para poder cobrir o aumento esperado de folha.

Com pontapé inicial era isso que eu tinha a dizer. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Com a palavra o Sr. Nilson.

O SR. NILSON – Boa tarde a todos. Não temos nada a acrescentar aos números apresentados, porque estamos consolidados a essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Com a palavra a Dra. Regina.

A SRA. REGINA – A mesma coisa, sinto-me contemplada à apresentação da Sra. Mariana, estou disponível aqui para as perguntas.

O SR. AHMED SAMEER EL KHATIB - Bom dia a todos. Represento a Sub Secretária de Planejamento e Orçamento Municipal, estou a disposição para responder eventuais questões relacionadas as premissas que foram utilizadas por cada pasta, em especial à saúde, pela elaboração dessa peça.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Passamos agora aos oradores. Com a palavra a Sra. Maria do Socorro Alves.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Boa tarde a todos. Nem vou comentar, sou do conselho da Saúde, sou do Conselho do Idoso. Vou deixar em mãos, esse documento que diz tudo. Eu acompanho esse orçamento – nem vou falar do Planalto, porque não tenho nada em mãos – mas vou falar da URSE da AE Carvalho, que veio aberta, eu fui na Secretaria, eles me deram o *Diário Oficial* que fui solicitar porque o corre e corre, equipamento novo, no CAPs, foi para Itaquera, o prédio ficou fechado durante três anos, solicitei um equipamento para o idoso que não foi feito. Muito debate, muita cobrança, audiência pública que nós idosos, não existimos para ninguém, existe sim, o idoso que tem dinheiro, porque nós da periferia, somos transparentes, não aparecemos em canto nenhum. Só que foi determinado que iam colocar a URSE, na rua Corre Corre. Só de propaganda a URSE, isso aquilo, aquilo e nada foi feito. Só que não temos nada! E veio a verba. Essa verba não deram satisfação em dizer: “na reforma de que?” Se o prédio equipado para o equipamento do CAPs está aqui, estou solicitando, já dei entrada no Ministério Público, faz uns meses, ou mais. Os políticos partidários pararam com o equipamento. O que é isso? Onde está a dignidade e o caráter do representante do povo? Queremos saber. Está aqui, vou deixar em mãos e queremos uma resposta. Sei muito bem, quando vocês querem, vocês conseguem. Quero uma solução. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Registro a presença do Sr. Eduardo, assessor do nobre Vereador Atílio Francisco. Com a palavra o Sidney Tadeu Palmiere.

O SR. SIDNEY PALMIERI - Boa tarde a todos. Sou conselho gestor, recentemente, eleito pela UBS AMA Mandaqui/Lauzane Paulista, zona Norte. É minha primeira vez aqui nesta Casa, gostaria de tecer alguns comentários sobre a UBS a qual representando. Essa UBS tem uma importância muito grande para nós, os municípios locais. Porém, ao decorrer do tempo ela foi esquecida pelo poder público e a cada ano que se passa a população

local vem se multiplicando e o posto, ao contrário, ela vem andando sentido contrário, ou seja, ela vem se estreitando. Antigamente o local era apenas para o atendimento da UBS. Tempo depois o local foi dividido, também para atender o AMA, no mesmo espaço e hoje a coisa vem se deteriorando, pois, aproximadamente, um ano atrás devido a falta de investimento e atenção, ocorreu rachaduras nas dependências das salas de RX e consultórios pediátricos. Essa rachadura tomou vulto tão grande que atualmente 40% do local, hoje, está interditado pela Defesa Civil ao risco de desabamento. E mesmo com esse risco de desabamento somos obrigados adentrar para ficar até o atendimento médico. Por vezes em reuniões pedimos ajuda, objetivando conserto dessas salas, bem como uma ampla ampliação do local para melhor adequação aos seres humanos que lá forem em busca de ajuda médica. Desde a interdição que já perdura, aproximadamente cinco meses, e ainda não se tem nenhuma perspectiva de conserto, ou ampliação do local, a situação é a seguinte: as crianças estão atendidas provisoriamente, em uma sala de sutura, ou seja, aquele monte de gaze suja e as crianças sendo atendidas ao lado dessa sujeira toda. E a sala de RX não pode ser mais usada devido a interdição e caso o medico necessite de uma radiografia o paciente tem de procurar outro local externo e quando tiver pronto essa radiografia e ele voltar para o AMA para apresentar ao medico, corre o risco do AMA estar fechado, devido seu horário. E com isso o paciente fica sem atendimento.

A demanda de atendimento cresceu tanto, mas o local continua o mesmo, e ainda, para piorar, 405 a menos devido a interdição. Quando está chovendo, todos se apertam ao recinto para se proteger, muitos ficam na chuva devido à falta estrutural do local. Com base nisso, peço que faça uma reserva financeira ao nosso posto, urgente, para a recuperação interditada, ampliação do local adequando novas necessidades a área pediátrica e idosos deixando locais distintos e não todos juntos devido ao retorno da máquina registro que está nos fazendo uma falta muito grande, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Com a palavra a Sra. Valeria.

A SRA. VALERIA – Bom dia. Sou do Sindi Saúde, represento os trabalhadores estaduais, municipalizados. Na verdade, a gente vem negociando na mesa junto à Secretaria Municipal, já, durante a gestão toda, algum percentual de aumento para esses municipalizados que estão na rede desde de 2002, que desde então não tiveram nenhum tipo de reajuste. Conseguimos, recentemente um protocolo de compromisso junto ao Secretário, publicado na terça feira que garante, que para a próxima gestão vamos ter alguma diferença nessa gratificação que recebemos. Como não temos essa segurança, estamos aqui pedindo para que não sejamos esquecidos. Na verdade, é assim, o municipalizado não pediu para ser municipalizado, foi exposto essa situação, sofre assedio moral pelas OS. É um pessoal que está muito sofrido, então pedimos para que seja agraciado de alguma forma. A gente não pode ser esquecido nesse momento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Registro a presença do nobre Vereador Adilson Amadeu.

Com a palavra o Sr. João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO - Nós vamos começar com um videozinho sobre Pronto Socorro da Lapa, o estado em que está. Pode rodar.

- Exibição de audiovisual.

O SR. JOÃO PEDRO – Bom, vocês viram. É da última que deu agora, dia 20 de outubro, se não me engano. Olha, isso está assim porque a verba de sete milhões e 600 mil reais que foi publicada, dotação orçamentária publicada em 2010, no Diário Oficial, para reforma, esse dinheiro nunca apareceu. Sete milhões e 600 mil reais, dinheiro publicado em dotação orçamentária, e sumiu. Para onde é que foi parar esse dinheiro? Gente, o Pronto Socorro da Lapa, o edifício tem 50 anos. Agora em janeiro fará 50 anos. Ele necessita de uma reforma urgente, conforme vocês viram. Ele atende um vasto universo, uma área enorme, atende trabalhadores do CEAGESP, detentos do cadeia de Pinheiros, moradores de rua, trabalhadores, toda zona Oeste, ele é referência em psiquiatria, que também é uma ala que

pegou fogo esses dias. E os sete milhões e 600 mil sumiram. Onde foi parar? Mariana, você que é da Secretaria, Chefe de Gabinete, onde foi para esse dinheiro? Cadê esse dinheiro. Olha, sem palavras. Por favor, Vereadores, coloquem no orçamento 2017, caso contrário teremos que entrar no Ministério Público para interditar essa unidade que está altamente insalubre. A situação dela não condiz com uma unidade de saúde que realiza intervenções cirúrgicas inclusive.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Gostaria de anunciar a presença da nobre Vereadora de Bayeux, na Paraíba, visitando essa Casa e também o município de São Paulo, a Vereadora Célia Montenegro. Seja bem-vinda. (Palmas)

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa tarde, munícipes da egrégia cidade de São Paulo, boa tarde, Sr. Presidente, Vereado Jonas Camisa Nova, Sr. Vereador Adilson Amadeu, outros Parlamentares de outros municípios presentes, representantes da Secretaria Municipal de Saúde. Infelizmente não posso dar boa tarde ao Secretário Alexandre Padilha, porque mais uma vez ele se faz ausente, quer dizer, os problemas graves apresentados, por exemplo, pelo Conselheiro João Pedro, numa área tão nobre como o Alto de Pinheiros, e o Secretário não aparece, de novo, para discutir o orçamento, o orçamento do ano que vem da Cidade. É uma situação lamentável, caótica e vergonhosa de ex-Ministro da Saúde que apronta mais uma vez um desrespeito a esta Casa.

Saúdo o Vereador relator Atilio Francisco que está chegando.

Mas por que talvez o Sr. Padilha tenha medo de discutir o Orçamento da cidade de São Paulo? Porque ele não cumpriu o próprio orçamento. Ele realmente, com seu grande amigo José de Filippi Jr., Secretário no primeiro biênio, 2013-2014, está (ininteligível) um dos piores secretários de saúde da história da Cidade, essa infausta, essa absurda dupla Padilha-

Filippi. Aliás, o Filippi que foi, por exemplo, tesoureiro da Sra. Dilma Rousseff, então aí a gente já vê o que está se passando na cidade de São Paulo e na conjuntura nacional.

E também saúdo os conselheiros de saúde, lamentando porque até outubro a dotação para o conselho de saúde caiu, nem chega a 200 mil reais. Talvez isso explique um pouco o esvaziamento desta plenária, os próprios conselheiros não estão presentes aqui, pois o próprio conselho não está sendo respeitado por esta gestão.

Enfim, falar da questão do idoso, por exemplo, das Unidades de Referência à Saúde do Idoso - URSIs é um absurdo, porque o Sr. Padilha tentou privatizar as URSIs, mandando para a Uninove, e até agora nenhuma foi inaugurada, então lamentável a questão das URSIs. Está zerada há três anos uma dotação, desrespeitando a saúde do idoso.

Também a questão das pessoas com deficiência, os centros de reabilitação também zerados, nada foi feito. Como também os CAPS pararam em 2016, não tem dotação orçamentária, que é vultosa, mas não foi cumprida. Também quanto à questão da autarquia hospitalar. Por onde andam as reformas, apresentadas nos últimos quatro anos, do Hospital de Itaquera, do Hospital do Jabaquara, do Hospital de Pirituba, a milionárias reformas? Só a de Itaquera, se não me engano, era 18 milhões de reais. Onde foi parar esse dinheiro?

Realmente a gente fica indignada com e má gestão da saúde na cidade de São Paulo; que a gestão Fernando Haddad, que é um neoliberal, que é amigo das OSs privatistas, seja um péssimo trabalho. Aliás, continuou o mau trabalho do Sr. José Serra e do Sr. Gilberto Kassab. Haddad é um neoliberal, um mau gestor, um mau político e uma pessoa que só continuou péssimas gestões na cidade de São Paulo, junto com Sr. Padilha e outros secretários que nem cabe nomear aqui.

Pela conclusão, vamos continuar acompanhando, sim, esse Orçamento. Aliás, D. Mariana, onde estão as OSs apresentadas aqui, as bilionárias OSs amigas do Sr. Fernando Haddad? Por que você não tem coragem de apresentar no Orçamento as OSs, os bilhões que

são desviados para essas empresas privadas que vocês hipocritamente combateram na gestão Serra-Kassab e agora viraram amigas de vocês?

Infelizmente a gestão Haddad, privatista, neoliberal, merece a vaia e o repúdio da população de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – José Roberto de Oliveira Silva, Conselho Municipal de Saúde.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA SILVA – Antes eu quero dar um informe a respeito das eleições do Conselho Gestor, aqui no Centro, que será no dia 9/12/16. Estão abertas as inscrições em todas as unidades: República, Bom Retiro, Nossa Sra. do Brasil, Humaitá, Cambuci, Sé, Barra Funda, Santa Cecília e também na Supervisão Sé. Essas inscrições já estão abertas desde 21/11 a 01/12/16. Também faço parte da comissão eleitoral.

Quero fazer uma reclamação a respeito da falta de alguns remédios nas unidades do Centro e outros lugares. E também a respeito do orçamento. Cadê a verba? E também sobre os idosos, as URSIs. A Humaitá vai ter um PAI agora. Também quero saber por que nós falamos só dois minutos, o senhor só dá dois minutos, e ou outro dá três minutos. Até agora eu não entendi nada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Obrigado, José Roberto.

Alda Maria.

A SRA. ALDA MARIA – Boa tarde. Moro em (ininteligível) Parelheiros. É uma vergonha (ininteligível) sem médico, não tem remédio. Um tinha 79 anos, dez dias atrás precisava de seringa porque era diabético, e não tem. A geladeira onde ficam as vacinas das crianças está quebrada e as crianças ficam sem vacina, até (ininteligível) ficou sem vacina. Até Vila Mariana (ininteligível) Vila Mariana dá duas horas e meia, quase três horas. Uma mulher carregar uma criança de 15k. Uma mulher de 72 anos, como eu, carregar uma... Eu estou com problema sério de saúde, carregar um menino de 15k até Vila Mariana para tomar uma vacina.

É insuportável, isso. E isso não é de agora. São 12 anos sem médico, não tem remédio, não tem nada. Até quando vai ficar isso? Até quando? (Ininteligível), moro lá há 16 anos, e há 12 anos está nisso, não tem nada. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Obrigado, D. Alda.

Alex Albuquerque. Apresente-se, por favor, entidade, tudo. Eu gostaria que os oradores se apresentassem, nome da entidade, a função.

O SR. ALEX ALBUQUERQUE – Boa tarde, munícipes e Mesa. Meu nome é Alex Albuquerque. Já estive como conselheiro municipal, primeiros mandatos. Atualmente sou diretor de saúde da Consabesp, uma associação estadual que debate com a sociedade a questão da saúde, tanto no âmbito estadual como municipal.

Primeiro ponto que quero colocar seria para a Mariana, que é a chefe de gabinete. Primeiro ponto, saber quanto foi executado dos 9,3 bilhões e quanto tem de restos a pagar desse valor que foi colocado aqui. Esse valor de 9,5 bilhões, o Hospital de Parelheiros está colocado nesse orçamento? Não só a sua (ininteligível), mas a manutenção e os funcionários? Esse é outro ponto.

Nos hospitais estão... Eu fui até conselheiro do Condesp(?), estive acompanhando os hospitais. Está uma situação de calamidade. No Campo Limpo tinha auxiliar de enfermagem cuidando de mais de quatro quartos, ou seja, mais de nove pacientes. É um revezamento correndo, tentando ajudar, tentando cooperar. Isso foi denunciado à Secretaria, mas infelizmente não teve nenhuma ação.

Acredito que isso seja essa mudança que teve, essa troca, para ver se a gente acerta dessa vez, porque foram quatro anos de muita dificuldade na saúde. O nosso companheiro colocou aqui a situação caótica em que se encontra até hoje o pronto-socorro da Lapa. E a gente só (ininteligível) promessas. Eu estive no conselho durante a gestão, só tinha promessas: vamos fazer UPAs, vamos fazer uma série de hospitais, e só teve isso, só promessas.

Inclusive, como colocou ali dinheiros federais (ininteligível) dessa falta de execução mesmo, porque não conseguiu ter competência de realizar as obras das UPAs na cidade de São Paulo e sobrou essa verba, porque não tinha como colocar (ininteligível). Como nós paramos essas UPAs lá na região (ininteligível) no Jaçanã. Falaram várias vezes, eu vim nesta mesa várias vezes, estava até o Secretário Padilha aqui, e ele disse que sairia neste ano. Hoje só tem a placa lá. A placa foi inaugurada lá, foram até vereadores, foi até acho que o próprio secretário inaugurar a placa, “vamos fazer uma UPA aqui”.

Então agradeço muito à Saúde de São Paulo por ter trocado. Se vai dar certo a gente vai saber no ano que vem. Aqueles outros que estavam sempre defendendo e defenderam até hoje essa gestão, espero que tenham um pouco mais de paciência na próxima gestão. Não vai logo no primeiro mês (ininteligível) toda a cidade de São Paulo, toda a Saúde também.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Obrigado Alex.

Brasil Laerte.

O SR. BRASIL LAERTE – Sou presidente da Frente Brasileira em Defesa do SUS e da Seguridade Social, presidente nacional da CGTD, que é a Central Democrática Geral dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, constituída recentemente. Tenho uma militância no Sistema Único de Saúde, desde a fundação do SUS participei de cerca de 14 conferências nacionais e em mais de 400 conferências municipais e estaduais.

O SUS é o melhor sistema implantado no País, só que de 1988 para cá a corrupção dizimou mais de um trilhão de reais do bolso da Nação brasileira, e o ataque maior foi no Sistema Único de Saúde. Desse montante de dinheiro roubado, cerca de 40% foi do Sistema Único de Saúde. Enquanto os usuários padecem nas filas para marcar uma consulta, atrás de remédios que não acham, nas cidades brasileiras muitas ratazanas enricaram ilicitamente com o dinheiro do SUS.

E (ininteligível) aqui no estado. Durante os longos anos em que o Governador Geraldo Alckmin vem navegando sobre as águas turvas com seus colegas de rapinagem, os 120 bilhões que eu denunciei há 15 anos, com (ininteligível) da sociedade paulista, (ininteligível) 38,% da saúde pública.

O Governador, além de pilantra, ladrão, não investe o que a lei determina na saúde, e assim mesmo vem desviando e sucateando a saúde pública. Nesses hospitais estaduais os pacientes têm sido atendidos até nos banheiros. Isso é um verdadeiro absurdo para um estado que tem um dos maiores PIBs da América Latina, maior do que o da Argentina. Assim mesmo, no Brasil (ininteligível) país que investe em saúde, perde até da Argentina. Isso é um verdadeiro absurdo.

A nossa tese é defender 10% do PIB para a saúde, para o SUS, e (ininteligível) conselhos e a sociedade fiscalizando essas rapinagens que são os (ininteligível) esgotos da sociedade. Igualmente o Governador Geraldo Alckmin.

Não é só o dinheiro da Saúde que eles estão roubando e que denunciei. É dinheiro do Metrô, do Rodoanel, dos trens. Denunciei a merenda escolar, a máfia que ele montou. Denunciei ao Ministério Público junto com o comparsa dele, o Presidente da Alesp; o Edson Aparecido que faz parte dessa quadrilha, que vai ocupar a Secretaria de Habitação. São essas ratazanas que infelizmente o lugar deles seria os esgotos da sociedade. É paulista do Palácio dos Bandeirantes.

Mas minha pergunta para a Dra. Mariana, a cidade de São Paulo desenvolve um projeto inovador que apresentei também e está sendo desenvolvida, tese minha, a rede hora certa. Queria saber dela como está esse programa.

Também apresentei a saúde nas escolas. Queria saber da Dra. Mariana quantos alunos foram atendidos por esse projeto e nas academias de saúde.

É o que tinha a dizer. Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Janaina Bulhões Miranda, da Associação de Médicos Residentes do Estado de São Paulo.

A SRA. JANAINA BULHÕES MIRANDA – Boa tarde. Obrigada pelo espaço, meu nome é Janaina Bulhões Miranda, sou médica residente, estou fazendo especialização em pediatria e sou Diretora Executiva da Associação de Médicos Residentes do Estado de São Paulo.

A título de informação gostaria de contar para vocês que nesse momento, em frente ao Palácio dos Bandeirantes, há cerca de mil médicos residentes exigindo o repasse do reajuste de 11,9% que conquistamos no início desse ano, após as negociações do ano passado.

Mas vim aqui para falar do reajuste aos médicos residentes da cidade de São Paulo. No mês de abril fomos obrigados a fazer uma paralisação no Hospital Municipal Menino Jesus e no Vila Nova Cachoeirinha. Quero aqui agradecer o empenho do Dr. Eurípedes, que intermediou a conversação com a Secretaria de Saúde e aqui no Município de São Paulo conseguimos um reajuste de 11,9%, através da portaria do dia 19 de abril, se não me engano.

Hoje quero questionar duas coisas basicamente da Dra. Mariana. Um despenamento nessa previsão de orçamento principalmente para 2017, do valor do reajuste. Esse valor está contemplado nesse orçamento de 2017, porque a portaria determina o aumento a partir de novembro. E esperamos que o aumento seja pago, novembro e dezembro, apesar do atraso de oito meses. O Estado de São Paulo e a cidade de São Paulo são os únicos no Brasil que não estão fazendo esse repasse. Como que o Estado e a Cidade mais ricos da nação negam 11,9% de reajuste aos seus médicos residentes.

Só para esclarecer, de repente não é todo mundo que sabe, o médico residente é aquele que se formou, tem o seu diploma de médico e está buscando uma especialização, para isso procura a residência médica. Os melhores serviços de residência médica atendem ao SUS. E nós residentes nos orgulhamos disso. Nós olhamos nos olhos dos pacientes do SUS

todos os dias. Em média recebemos 10 reais por hora e trabalhamos teoricamente 60 horas por semana, mas sempre ultrapassamos esse horário. As áreas cirúrgicas chegam a trabalhar 100 horas por semana. Então fazemos questão dos 11,9% e esperamos que a valorização dessa categoria continue.

Lamento que o Secretário não esteja aqui hoje porque gostaria de perguntar para ele, como já foi Ministro e implantou a lei do Mais Médicos que no nosso ponto de vista é uma tremenda distorção da visão de Saúde Pública no país. Gostaria de entender como os intercambistas e os bolsistas do Mais Médicos – não temos nada contra os intercambistas estrangeiros -, como eles têm garantido por lei o reajuste de 9% ao ano. E a bolsa deles de 10 mil a 11 mil reais e alguma coisa, com regime de trabalho de oito horas por dia, enquanto recebemos dois mil e setecentos reais.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Obrigado, Janaina. Tem a palavra o Sr. Sérgio Antiqueira.

O SR. SÉRGIO ANTIQUEIRA – Boa tarde à Mesa, a todos os presentes, estamos com uma documentação que a Subseção Dieese do Sindsep, sindicato do qual sou Presidente no momento, sobre uma discussão de orçamento da função Saúde.

Assim, levantei alguns elementos aqui e vou me ater às questões do HSPM. Há um crescimento previsto para 2016 e 2017, de 1,05 na função Saúde que entra Administração Direta, autarquia hospitalar e HSPM. Por outro lado, no HSPM há uma previsão de queda de 0,3% no orçamento.

Aí analisamos um pouquinho mais, na despesa com pessoal - especificamente vencimentos - aumenta de 160 milhões para 180 milhões. Sabemos que em parte é resultado das progressões, dos aumentos para o ano que vem por causa das carreiras que conseguimos negociar. Esses 20 milhões são 10,8%, como não há concurso público, a primeira pergunta é se isso é para pagamento das coisas que ainda são devidas, porque há vários pontos faltando

pagar, por exemplo, recreativos não auditados que o trabalhador não tem como verificar o pagamento daquilo que recebeu de diferença. Isso porque não vem especificado no holerite como vem para os demais. Essa é a primeira pergunta.

Também havia uma previsão de 25 milhões para material de consumo. Até agora só foram consumidos 17 e a esta altura para chegar a 25 teria de ter sido consumido 21 milhões. Então caiu 4,3 milhões da expectativa. E para 2017 já há uma redução de 2,5%.

Em equipamentos e materiais que estava previsto 2,7 milhões, caiu para 700 milhões até agora. Ou seja, o gasto teria de estar agora em 2 milhões e cem. Então houve uma economia de 1,4 milhão. E para 2017 uma queda de 81%, ou seja, só 500 mil reais previstos para 2017.

Fica uma preocupação porque tenho trazido para as mesas tanto de HSPM quanto para a mesa sindical, porque temos pontos pendentes para resolver e tínhamos tirado na mesa que nos seriam apresentados com a participação da gestão. A reunião foi cancelada por causa da gestão, não nos apresentaram os dados e temos uns pontos pendentes que quero marcar aqui.

Ainda estamos com a situação do pessoal que tem três anos de período probatório já passado, não passaram para a categoria dois. Engenheiros e arquitetos que não conseguiram entrar na carreira nova.

Temos a situação de subsídio complementar e vantagem de ordem pessoal sobre insalubridade com uma dúvida pendente que não sabemos se foi resolvida.

Por causa disso temos uma parte de recreação do CEI que passou para a Educação, mas há uma briga entre o HSPM e a Educação sobre quem vai pagar o retroativo daquilo. E até agora não pagaram.

Então a primeira pergunta: já estamos prevendo o pagamento disso? Segunda pergunta, essa economia, esses pareceres que começam a questionar a própria lei que o Município fez. Corrigiu a lei e depois põe em dúvida a lei? Isso tem a ver com alguma economia

que está sendo necessário descontar dos trabalhadores, porque há o risco, e uma comunicação dependendo do resultado que vier do Jurídico, há trabalhadores que terão de devolver dinheiro.

Então estamos deixando as perguntas muito claras e queremos a precisão de vocês, porque não precisa fazer uma discussão de Ministério Público para haver entendimento. Temos vários elementos, mesa de negociação, todos os espaços possíveis, estamos trazendo aqui publicamente para que possam nos responder e a gente não precise entrar por outros caminhos para conseguir uma resposta clara desses pontos.

Para fechar, precisamos ter precisão porque na segunda-feira, na audiência pública, o Sandro que veio representar a Secretaria de Gestão – é um problema não vir o Secretário – falou que estava se gastando 40% com servidor público. No meio da fala ele corrigiu e falou que era 37. E dados da Secretaria de Finanças que estão aqui no nosso material, o índice é 34.72, agora em outubro.

Então isso é muito grave, dados imprecisos vindos das pessoas que vêm representar as secretarias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. Leandro de Oliveira.

O SR. LEANDRO DE OLIVEIRA - Cumprimento a Mesa, o Executivo e Legislativo presentes aqui, Vereador Camisa Nova, presidindo a audiência e também os presentes no plenário.

Primeiro lugar deixar registrado que nós, os trabalhadores e entidades sindicais presentes, conseguiram avançar numa reestruturação de carreira importante para a Saúde nesse período na mesa de negociação do Município. E esse foi um avanço importante.

Segundo, historicamente sempre fomos contra a passagem da gestão dos serviços para terceiros. Sabemos que o quantitativo de recursos do global da Secretaria Municipal de

Saúde é bastante grande, em torno de 43% mais ou menos. E claro esse é um dinheiro que tem sido gasto no processo de transferência para terceiros e temos tido vários problemas em relação à questão dos trabalhadores. Particularmente a sub-rogação de contratos que sistematicamente, inclusive, acaba comprometendo o serviço público. É preciso rever contratos, às vezes brigas para não ter diminuição de salário de trabalhadores. Temos defendido concurso público.

Uma das perguntas que quero fazer, inclusive, para a autarquia hospitalar municipal, está crescendo em 16% o recurso com vencimentos, encargos, etc. na rubrica de pessoal. Queremos saber para o que é isso, se há previsão de concurso, porque foi realizado um concurso na autarquia e hoje há por volta de mil e cem trabalhadores com contrato de emergência. Esse processo, inclusive, está no Ministério Público, recentemente houve uma audiência aqui na Câmara Municipal e o Vereador Camisa Nova foi um dos que articulou junto a essa audiência Pública. E é uma pendência muito séria porque vários governos, já faz oito ou nove anos que esse pessoal está nessa situação e é fundamental que a Prefeitura ao prever recurso para vantagem pessoal, que diga se tem previsão de concurso para a autarquia, para a direta, etc. para o ano que vem nesta rubrica?

Isso porque do ponto de vista geral, nas despesas gerais de recurso para a Prefeitura como um todo, há lá 3% que é o crescimento vegetativo na folha. Isso evidentemente para cumprir aquilo que já pode estar previsto com gasto, etc. e tal, mas para a Saúde é fundamental que saibamos se há previsão, porque ficar numa instabilidade como a que vivemos hoje é uma situação muito complicada. Primeiro para os usuários do Sistema Público de Saúde e, segundo, para os trabalhadores que ficam numa insegurança constante porque não sabem o que vai acontecer.

Além dos trabalhadores das OSs que respeitamos e tem aliança com esses trabalhadores. Evidentemente não somos contra os trabalhadores de organizações sociais, mas estamos questionando a questão do modelo de gestão e a transferência para isso.

Para concluir, também na audiência anterior saiu uma comissão de trabalho para tratar da situação dos contratados de emergência. E queremos saber qual o posicionamento que vocês têm em relação a isso.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Gostaria de registrar a presença do nobre Vereador Adolfo Quintas.

O SR. STEFAN STERNIN – Bom dia, Sr. Vereador, e demais presentes.

Meu nome é Stefan. Sou membro do Conselho Gestor eleito para a supervisão técnica do Butantã e membro do centro brasileiro de estudos de saúde – Cebes -, que é uma das instituições históricas da reforma sanitária.

Em primeiro lugar, eu gostaria de registrar um desagravo ao programa Mais Médicos para o Brasil porque ele não significou um retrocesso para a nossa nação. O programa Mais Médicos para o Brasil (Palmas) inseriu profissionais onde a categoria médica e o nosso sistema de saúde, historicamente, não conseguiu inserir esses profissionais para o atendimento à população, e trouxe para a centralidade do sistema um nível de atenção muito caro que os principais sistemas de saúde mundiais – se pegarmos de Inglaterra a Cuba têm muito bem estruturado o que seja atenção primária à saúde.

E é justamente, na qualidade de médico de família e comunidade, é esse nível de atenção que venho aqui abordar.

Quando a gente fala em atenção primária à saúde, falamos em custo-efetividade do sistema. Nenhum estudo ecológico e nenhum relato situacional – podemos pegar o Nice, um instituto inglês de excelência em saúde, The Health Foundation, que é uma fundação privada sem fins lucrativos da Inglaterra; todas essas instituições não conseguiram demonstrar que os sistemas se fazem menos custosos. Sempre haverá a necessidade de mais investimento em saúde. Então, o investimento precisa ser racionalizado.

Investimento racionalizado significa investir em equipamentos de atenção primária à saúde, porque aumenta acesso e diminui, principalmente, causas de internações sensíveis à atenção primária, como daquela que é a principal causa de morte no mundo, internações por eventos cardiovasculares e suas patologias.

Outro aspecto importante e, também, muito atrelado ao programa Mais Médicos para o Brasil é que o Município de São Paulo celebrou o COAPS, contrato organizativo de ação pública, ensino e saúde com diversas instituições de ensino. Essa celebração faz com que os equipamentos de saúde associados à atenção primária venha a ser ocupado por residentes, internos e alunos em formação.

É necessário comprometer o orçamento do nosso Município com a criação de novos equipamentos, reforma dos equipamentos existentes e, principalmente, contratação de profissionais. Precisamos contratar os médicos de família concursados, as obstetrites concursadas, porque são elas que fazem o atendimento às nossas parturientes (Palmas) às nossas mulheres em gestação. Não há outro caminho, simplesmente, temos que fortalecer a atenção primária para levarmos a saúde que o Município de São Paulo precisa.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Alguém mais está inscrito? (Pausa)

Estão encerradas as inscrições.

A SRA. ERICA SATO – Boa tarde a todas e a todos.

Sou Érica Sato, do Fórum de Mulheres da zona Oeste, militante do Parto Humanizado na cidade de São Paulo.

Antes de tudo, quero agradecer à Vereadora Juliana Cardoso, que não está presente, e ao João, que compraram essa pauta e tanto têm feito pela cidade e ajudado as mulheres quanto a essa questão.

Quando se fala em parto, nós, muitas vezes, pensamos somente na questão do equipamento de saúde ou do profissional de saúde.

Eu gostaria de fazer o convite a vocês para que pensassem nessa pauta como um conjunto, na verdade, em todo o SUS.

Precisamos pensar nos equipamentos, nos profissionais e na informação de qualidade.

Sou voluntária em Hospital do SUS por opção, acompanho mulheres em seus partos e em abortos legais. E presencio, diariamente, o tipo de violência que essas mulheres estão sofrendo. Eu mesma fui vítima de violência obstétrica. Não foi à toa que me uni ao movimento de humanização do parto e sei o impacto que isso tem na vida de uma mulher e de uma criança também.

Pensando nisso, o Fórum de Mulheres vem fazendo um trabalho muito legal com a Secretaria de Política para as Mulheres, fazendo rodas de conversas Nas UBSs da região Oeste.

Constatamos que um índice muito grande de violência obstétrica por falta de equipamento, de leitos, por falta de profissionais qualificados.

Na semana passada, o Fórum de Mulheres protocolou nos 55 gabinetes um ofício pedindo pelo Hospital e Maternidade Mário Degni. Ele é uma referência na região Oeste e atende mulheres em gestação de risco; é um hospital amigo da criança e, também, atende mulheres em situação de violência.

Esse hospital tem infiltrações no telhado – não vou entrar em detalhes porque todos receberam o ofício -;em época de chuva, ele alaga, a recepção do hospital fica toda inundada.

Existe um projeto da autarquia, que foi elaborado de acordo com a lei aprovado pelo Prefeito Fernando Haddad, de inclusão do centro de parto normal. É um hospital que está extremamente lotado por conta do HU, que está sucateado, e do fechamento do Sorocabana. Outra coisa: ele não tem banco de leite, mesmo sendo um hospital amigo da criança.

Gostaria, também, de pedir, por favor, que considerem a nomeação das obstetrias que passaram no concurso. Isso é fundamental para a humanização.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

A SRA. ERICA SATO – Por último, por favor, senhores, que deem quórum para a votação das leis que estão para serem aprovadas. A gente tem um monte de leis importantes para serem votadas, o que não está acontecendo por falta de quórum.

Finalizando, me desculpem ter passado do tempo, nem todos pariram ou vão parir, mas todos nascemos.

Eu gostaria que vocês parassem e pensassem como é que gostariam de ser atendidos no momento de receber um filho ou da sua chegada ao mundo.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – O Sr. José de Souza Lima, Vice-Presidente da Federação dos Trabalhadores de Segurança Privada.

O SR. JOSÉ DE SOUZA LIMA – Boa tarde a todos, nobre Vereador Jonas Camisa Nova, Vereador Adolfo Quintas, que sempre colaborou com a nossa categoria.

Desculpem-me a minha ignorância. Um amigo meu sindicalista estava ali me explicando algumas coisas, nós estamos passando por um momento em que o Município de São Paulo, o mais rico da nação, se tornou o maior quebrador de empresas e causador de prejuízo aos trabalhadores.

O Município que deveria dar o exemplo hoje pratica uma má gestão e presta um mau serviço, porque os trabalhadores – represento a segurança privada – ficam sem receber, porque as empresas quebram, e a saúde fica sem andamento, tem posto que retiraram a segurança, ninguém sabe o orçamento para aonde vai, e o que peço é alguma previsão para essa dívida anterior, porque esses trabalhadores, de alguma forma, precisam receber. Nós já estamos entrando com muitos processos e denúncias, Vereador, esses trabalhadores precisam receber, onde está esse orçamento? Porque o próximo dirá que é responsabilidade do

passado, e não temos uma previsão – ou, pelo menos, na minha ignorância, não consigo ver esses pagamentos no futuro.

Essa é a minha colocação, como representante dos trabalhadores.

Eu gostaria que ficasse mais claro de que forma essa dívida anterior será paga.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – O Sr. Toledo, do sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de São Paulo.

O SR. ALBERTO FELÍCIO - Sr. Presidente, nobre Vereador Adolfo Quintas, senhores membros da Mesa.

Meu nome é Alberto Felício, sou Advogado e represento o Sindicato das Empresas de Segurança Privada no Estado de São Paulo.

O que nós temos em face à Prefeitura, Sr. Presidente? Temos, infelizmente, a instituição oficial do calote. A Secretaria da Saúde, a autarquia hospitalar deve para as empresas de segurança, no exercício de 2012, 2013, 2014. O ano de 2015 foi pago, graças à interferência do Vereador Adolfo Quintas que promoveu duas audiências públicas, e a Secretaria resolveu, num estalar de dedos, pagar o exercício de 2015. Não obstante o esforço – e que nós reconhecemos do nobre Sr. Nilson, da autarquia hospitalar -, sob a argumentação de que não tem verbas, que não há condição.

As empresas trabalharam, prestaram serviço, recolheram impostos, emitiram notas fiscais e não recebeu.

Qual é a argumentação – que não nos falam oficialmente? De que era outra gestão a do Prefeito Kassab e não do Prefeito atual, esse que está saindo agora. Na nossa tese, o que vale é quem ocupa a cadeira.

Duzentas empresas quebraram nesse período dentro da Prefeitura de São Paulo. E quem vai pagar essa conta subsidiariamente será a Prefeitura de São Paulo.

Temos vários desempregados; a Prefeitura não nos paga; estamos tendo um prejuízo enorme, e as empresas não têm como manter, e a argumentação é de que em 2012, 2013 era gestão anterior e não se tem obrigação de pagar. Essa é a versão que temos da Prefeitura de São Paulo.

Houve, como já disse, uma intervenção do Vereador Adolfo Quintas; nós realizamos nesta Casa duas audiências públicas; 2015 foi pago. Todavia, o débito de 2012, 2013, 2014, com a quebra oficial de 200 empresas de segurança dentro do Estado de São Paulo e pior: dentro da Prefeitura de São Paulo, que vai pagar essa conta subsidiariamente.

Então, o que nós pretendemos, Sr. Presidente, é que haja uma previsão para que se efetue o pagamento, que se estude uma fórmula para solucionar essa pendência porque, como disse anteriormente, isso é a instituição oficial do calote.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Veronice Ferreira de Souza, do CCD, Imunização, Covisa.

A SRA. VERONICE FERREIRA DE SOUZA - Boa tarde a todos.

Estou aqui representando os municipalizados que trabalham no Município de São Paulo.

Eu gostaria de falar sobre o meu emocional. Ele, neste momento, é de muita tristeza. Eu me sinto pessimamente representada em uma coisa na qual acreditei minha vida inteira. Eu sou enfermeira, pós graduada em saúde pública. Então, desde a minha formação, eu acreditei que estava no caminho certo, em estar junto com a população, na prevenção, mas hoje vejo um descaso grande com os profissionais que escolheram essa área. Sempre falo que o batalhão de frente é justamente aquele que as pessoas pouco olham. Então existe um grande descaso.

Quando foi feita a reestruturação que acho que alguém aqui disse que foi perfeita, para o Município, digo o seguinte: participei de quase todas as reuniões, quando dava, levantei

a questão dos municipalizados, houve uma promessa de que eles seriam contemplados. Para minha surpresa, essa reestruturação foi tida como subsídio que isso – como me falaram depois – não é salário.

Então se não é salário o funcionário municipalizado que está trabalhando, que está lá enfrentando as dificuldades do dia a dia... Como hoje, vocês estão presenciando, está vazia esta plateia. Será que não dá para se perguntar por que essa plateia está vazia? Posso responder. Houve uma pessoa que falou para mim que não poderia vir porque estava com uma pessoa de licença médica e não poderia ausentar-se da sala de vacinas. Outra, porque estava com funcionários em férias, não poderia sair senão seria um prejuízo para o serviço público do Município de São Paulo. (Palmas)

Eu queria entender, desta Casa, por que nós que trabalhamos... Eu, inclusive fiz reunião com meus funcionários dizendo que a municipalização estava dentro da Constituição e que isso iria melhorar o serviço do Município. Só que hoje não sei como falar com eles, porque não vejo o que falei lá atrás. Lá atrás eu acreditei, hoje descredito, porque continuo trabalhando, tenho uma responsabilidade.

Estou agora em Covisa, faço um trabalho muito bonito para o Município, porque cuido de imunização. Quem aqui não sabe que a prevenção no Município está de parabéns, porque nós estamos fazendo o que podemos para atender no momento crítico, no momento que falta vacina e nós estamos dando o nosso sangue para que isso ocorra da melhor maneira possível.

Então eu gostaria que vocês olhassem para nós municipalizados e não nos tratassem como órfãos, porque o Estado não olha para nós...

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

A SRA. VERONICE FERREIRA DE SOUZA - ...e o Município também não.

Não sei, nós temos alguns poucos aqui representando e que vocês possam ter um olhar e cumprir a promessa que foi feita no momento da reestruturação, porque nós trabalhamos muito para manter tudo de pé.

Obrigada, gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Meire Biscula, Associação Odontológica da Prefeitura da Mesa de Negociações da Saúde.

A SRA. MEIRE BISCULA – Bom dia a todos, Vereador. Fiquei muito feliz em ver acatadas todas as nossas reivindicações numa audiência da Comissão de Orçamento e Finanças.

Agora continuo triste, porque de tudo o que estamos discutindo quem é que está nos ouvindo? Está aqui a transição? Está aqui aquele que vai tocar este barco daqui para frente? Então eu fico bastante entristecida com isso. (Palmas)

Não importa que o outro não esteja; importa que quem for assumir este barco o assumo de verdade, com seus ônus, bônus e tudo o que tiver de fazer e corrigir o que não foi corrigido. Fico muito triste porque olhando o cálculo do DIEESE, a gente já está diminuindo.

Vocês lembraram da PEC 241, da PEC 55? Ela vai pegar o que nós gastamos esse ano, e vai só colocar a inflação. Se hoje nós não temos aquilo que precisamos para dar a qualidade de assistência, como é que vamos, nós trabalhadores de ponta, resolver o problema da população? Então eu gostaria que refizesse de alguma forma, minimamente, o que se foi gasto com Saúde em 2016. O que foi planejado. Porque aqui só estamos descontando alguma coisa. Temos de pensar na PEC 55. Está aí para ser votada no dia 29 de novembro. Isso vai acontecer. Mesmo que, a gente entende que está tirando dinheiro da Saúde, que não temos esse dinheiro, não dá para gente planejar a menos. Temos de planejar a mais, para correr atrás desse prejuízo. E essa gestão tem uma dívida com os contratos emergentes que não conseguimos resolver e temos de resolver e outras são as municipalizadas que trabalham literalmente ao nosso lado - sou servidora municipal, concursada da Secretaria, hoje estou

aposentada, mas continuo na luta - esses trabalhadores, sou da mesa de negociação desde a primeira mesa em 2003. A primeira mesa de negociação da Saúde foi 2003, Prefeita Marta, Helena Kerzman, Secretaria de Gestão e na área da Saúde, Eduardo Jorge. Isso não está construindo de hoje. Está construindo de muito tempo. Então não é agora que vamos fazer com que os nosso SUS, aquilo que tanto sonhamos, que tanto continua fazendo, nós vamos jogar pela janela. Gostaria que essa Casa pudesse melhor um do orçamento e colocar rubrica de tudo que precisa ser municipalizado, não tiveram um único aumento. Os valores que eles ganham, gratificação de municipalização refere se a 2003. 2003, sem nenhum um aumento, toda vez que a gente tem organização do quadro, ou quadro novo, eles não entram. Eles não são funcionários da Prefeitura do Município de São Paulo. Então eles têm aqueles aumentos de 01, 02, 05. Aqueles aumentos que são para todos os servidores nesta gratificação. Essa é uma dívida e o impacto disso. Pasmem! Não dá um milhão e meio para corrigir só isso. É dinheiro de bala. Gostaria de contar com a Comissão de Orçamento, que colocasse, pelo menos, assinamos um protocolo com a Secretaria da Saúde, ela proposta mandar aqui para a Casa. Vamos votar isso, se Deus quiser, até 31 de dezembro, deixar pronto para 2017.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Com a palavra a Sra. Rute.

A SRA. RUTE - Boa tarde para todos. Somos da Saúde, e nós como profissionais da saúde, temos a consciência que é um risco de vida a Saúde, passar de um plantão para outro, sem passar esse plantão. Por isso que acho que a equipe de teria de estará aqui. Está passando o plantão junto com os usuários. Uma gestão que está realmente interessada e preocupada com a saúde ela deveria estar aqui conhecendo a opinião dos trabalhadores, a opinião da população. Sinto muito isso. Isso me dá bastante medo, inclusive.

Outra coisa que eu gostaria de colocar e um pouco como os meninos colocaram, tentando entender, por meio do DIEESE de como funciona essa coisa do orçamento, colocar um pouco em relação a despesa com pessoal e os encargos sociais. E aí tem aqui uma variação de sete bilhões para 2017. E o que gostaria de saber? Estou perguntando: se dentro

dessa verba está incluída a questão de novos concursos? Nós precisamos de novos concursos. Foi falado que nós tivemos audiência pública e as unidades hospitalares estão funcionando com contratos de emergência que é trabalho escravo, até porque os seus profissionais de nível médio ganham menos que um salário mínimo e trabalham desesperadamente e são eles que estão segurando esse hospital.

Então é necessário, que dessa verba saia dinheiro para os concursos públicos e saia, também verba para que indenize esses trabalhadores contratados que estão em contratos de emergência, há dez anos, fazendo o exercício de fato. Outra coisa que gostaria e aí quero pedir para a equipe de transição se ela não estiver aqui, ela precisa receber esse recado. A Cidade de São Paulo, os trabalhadores, nós não aceitamos a PEC que corta da Saúde, e que corta verba da educação. Não aceitamos. Aquilo que temos, já é muito pouco. Aí já ouvi o João trabalhador – assim que ele se intitula – que vai se aliar com a proposta do Governo Federal. Estamos aqui dizendo que vamos para a rua. Não vamos aceitar, nem um dinheirinho a menos. Nenhuma verba a menos para a Saúde e nem para os trabalhadores e nós precisamos mais, então nos aguarde. Não quero esperar não, meu amigo. Não podemos esperar porque quando ele assumiu, ele sabia o que estava colocando e fez um monte de promessas. Nós que seja cumprida na rua, da mesma maneira que fomos às ruas para o Fernando Haddad, nós também vamos para o Doria, ou qualquer outro que estiver aí.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Com a palavra o Sr. Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS – Boa tarde a todos. Parabenizar pela audiência. Dizer, nenhum um direito a menos, essa é a nossa pauta, porque já viermos muitas vezes nessa Casa, limpar e brilhar por conquistas e agora estamos vindo para brigar para que não seja tirando aquilo que conquistamos. É um retrocesso e não aceitamos esse retrocesso.

Eu podia versa sobre toda a peça orçamentária, porque o Sindisep teve o cuidado de fazer um estudo do ciclo orçamentário mas vou tratar de uma pauta específica e necessária, porque não dá para tratar a Saúde de alguma forma como tem sido tratada. Toda nossa luta,

peçoal da Saúde, com foco na atenção básica, na atenção primária. Não podemos deixar de olhar a questão secundária e terciária. Nós últimos anos e principalmente no último deixamos de cuidar de uma questão específica. Precisamos olhar uma coisa que tem esquecido, é que não tem na grade das OSs ginecologistas para os atendimentos de emergência. Não está na grade. (Palmas) É inadmissível se deixar desamparada a maior população da Cidade, que é mulher e que provê esse sistema, no momento em que ela mais precisa.

- Qualidade do som incompatível. Transcrição prejudicada.

Não dá para vermos somente a questão da hospitalização se não virmos a atenção, o primeiro atendimento. Isso ainda é possível. Estou mandando esse recado para o atual Secretário de Saúde, (ininteligível). Tive essa conversa, muito rápida, com (ininteligível) lá na região Sul, e ainda dá para prever nesse orçamento essa situação, porque é inadmissível que isso continue na cidade de São Paulo. Termina aqui. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Fábio de Novais Silva, Conselheiro Gestor da UBS Lauzane e Conselheiro Participativo do Grupo de Unidades.

O SR. FÁBIO DE NOVAIS SILVA – Boa tarde a todos e a todas. Ainda bem que agora tenho 3 minutos, Sr. Vereador, porque estive nas audiências de terça e nos deram 2 minutos, inclusive a audiência dos temas gerais foi feita às 21h30 e o único presente era o Vereador Jair Tatto, e não deu para falar quase nada.

Como o meio ambiente está intimamente ligado à saúde, gostaria de citar que não foi feito o orçamento para meio ambiente e também para várias outras Secretarias, Sr. Vereador. Eu gostaria de solicitar ao senhor, por favor, como Presidente, e a outro Vereador, se vocês puderem fazer uma planilha e passar, não sei, a planilha orçamentária pra 2017, porque meio ambiente é um tema muito importante para a Cidade.

Na gestão que se encerra agora, muito pouco foi feito. Milito em meio ambiente, e sei que nada foi feito. (Trecho ininteligível) Vim de bicicleta, pelas ciclovias mal feitas pela

gestão; usaram do FEMA 54 bilhões para fazer isso, e nenhum parque quase foi feito na Cidade. Isso, sobre o meio ambiente.

Sobre saúde, como sou Conselheiro da unidade UBS Lauzane, estamos com necessidades urgentes. A unidade está quase desabando, foi mal feita. A OS responsável pelo local, a IABAS, é a mesma que cuida do Rio de Janeiro, que está um caos; e a licitação feita diz que a OS não vai se comprometer com a estrutura do prédio. Eu gostaria de solicitar aos senhores que, por favor, se puderem verificar se isso está condizente com a Lei 8.666, a Lei federal de Licitações, bem como se está condizente com a Constituição Federal, por favor, eu imploro aos senhores.

Gostaria também de solicitar aos senhores que, se for possível, marcamos uma reunião depois com algum Vereador. Estou vendo aqui a planilha e gostaria talvez de não receber emenda; porque a gente solicita uma emenda ao Vereador, e vi nessa planilha que o liquidado foi zero. Há um monte de emendas a vários projetos – não apenas de saúde, mas também de meio ambiente e cultura – que solicitamos dos Srs. Vereadores, e não foram cumpridas, não foram liquidadas. Agora, falamos com o Secretário sobre esse projeto, sobre o qual imploramos desde o começo do ano, e ele vem e diz que não vai dar para fazer porque o orçamento está congelado, o Prefeito congelou o orçamento. Aí, fica por três meses lá, até o fim do ano, com todos os problemas que os senhores ouviram aqui, como pagamento de salários, reformas não feitas etc. São vários os problemas. Então, por favor, imploro ao Vereador. Ontem o senhor fez uma audiência pública, na qual não pude estar presente, mas acompanhei pela internet, sobre (inaudível, Presidente faz soar a campainha) cláusula no artigo 138 da Lei Orgânica do Município. Nós achamos arriscado, mas precisamos fazer algo. Gostaria que o senhor fizesse outra audiência, por favor; porque o senhor fez outra audiência pública, mas foi de 15 minutos, e acho que o pessoal não pôde saber, porque as audiências feitas ocorreram no mesmo dia, e o pessoal que vem numa terça-feira hoje não poderia estar

presente, porque são dois dias, e há muita gente de saúde que não trabalha aqui, Então, solicito ao senhor, imploro, todos nós imploramos. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Cleide Dantas, funcionária pública municipal.

A SRA. CLEIDE DANTAS – Boa tarde a todos. Sou funcionária municipalizada. Minha fala é um complemento, mais um reforço. Nós recebemos uma gratificação da Prefeitura por sermos municipalizados, e o governo Serra diminuiu essa gratificação. O interessante é que geralmente se aumenta, mas o governo José Serra diminuiu essa gratificação em mais ou menos uns 45%. Na verdade, não queremos mais uma vez ficar esquecidos. Que nesse orçamento de 2017 pelo menos retornem para nós esses 45% retirados no governo José Serra. Era isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Rosa Gomes, do Fórum de Mulheres da Zona Oeste.

A SRA. ROSA GOMES – Boa tarde. Já que se trata de orçamento, quero abrir parênteses e dizer do estranhamento que causa nós ficarmos discutindo o orçamento e cada um pedindo um pouco, quando o ideal seria imaginarmos que, à parte as forças políticas ou a questão de quem consegue mobilizar mais pessoas, que pudéssemos ter um planejamento sistêmico, o que, no setor de saúde, inclusive, faz todo sentido.

Não se consegue colocar placa de inauguração em ação de promoção; é mais fácil construir um hospital, porque dá para colocar uma placa, que fica lá para sempre. (Palmas)
Isso gera mais impacto.

Rendendo-me a essa lógica de pedir, venho endossar o pedido do Hospital Prof. Mário Degni, para entender que ele já existe, mas precisa existir bem e de verdade, pois atende muita gente. Ele está no Butantã, mas as pessoas da Lapa têm que ir até lá também. Ele faz parte do sistema previsto para atendimento. Então, se os senhores querem tomar chuva, mas chuva forte, sugiro que vão até lá, ou vão ao PS da Lapa, porque dentro está

chovendo mais do que fora. Poderíamos até resolver a crise hídrica só coletando a água de dentro dos hospitais da zona Oeste.

Quero também aproveitar esta ocasião para pedir, por favor, que não municipalizem o Hospital Universitário da USP. Temos acompanhado as audiências junto à Promotoria e reforço o pedido: queremos atendimento em saúde, mas o entendimento do sistema de saúde faz com que vocês tenham que entender que é importante que o Hospital permaneça vinculado à USP, pois é um hospital escola e que promove a formação dos profissionais de saúde, por isso precisa continuar com essa situação. (Palmas) Políticas de saúde e protocolos de atendimento são criados e experimentados lá. Minhas duas filhas nasceram lá. Eu falo como uspiano e como mãe cujos filhos nasceram lá. Por favor, mantenham o Hospital Universitário funcionando plenamente. Essa é uma questão da sociedade civil que está aqui, é uma questão de todos. Quando você tem um problema de saúde, não quer saber se o hospital é do Município ou é do Estado; você quer é ser atendido. Mas quem quer entender de sistemática de saúde precisa ter sensibilidade de manter o hospital como um hospital escola. Não dá para não ser diferente, gente.

Reforço também o pedido sobre o PS da Lapa. Como já disse, lá chove, há uma sobrecarga que beira a insalubridade. Tivemos, recentemente, um incêndio na ala psiquiátrica. O equipamento atende a população carcerária, que, sim, também precisa ser atendida, mas não a visão (Inaudível. Presidente faz soar a campainha) pediatria.

O Hospital Sorocabana existe, as paredes estão levantadas, a verba é menor, mas precisa voltar a funcionar. Está há anos sem funcionar. Nós sabemos a batalha que foi, mas já que é um pedido do Orçamento 2017, o Hospital Sorocabana: por favor! Por favor!

Sobre a UBS Parque da Lapa, estou indo sempre se estou na zona Oeste, entendo a necessidade da cidade toda. Veio verba como emenda parlamentar, parêntesis: que lamentável termos de viver de emenda parlamentar, e esse jogo de moedas para lá e para cá.

Tem de viver de moeda. E aí a emenda veio, mas voltou, não foi possível executar. Não há acessibilidade.

Se você quer promover a Saúde, não estou falando de prevenção, mas de promoção. Se você quer promover a Saúde é básico que todos consigam acessar a unidade. A unidade Parque da Lapa tem escadas para idosos – cadeirantes não vamos nem falar -, mas para um idoso, ele tem de continuar na condição de idoso, e não na condição de ex-ser vivo quando ele descer os dois andares para conseguir ser atendido. É uma vergonha. Está lá. Não vai ter placa. Quem sabe nós colocamos uma placa da rampa, mas ele precisa ser atendido, homens, mulheres e idosos.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Conclua, por favor.

A SRA. ROSA – Vou tentar concluir. Por favor, sobre a questão dos insumos. Todo final de ano falta. Chega novembro, você não tem mais o remédio, não tem mais gaze, nem mais atendimento. Gente, é uma questão de planejamento, ninguém ficou mais doente a partir de outubro. O que acontece é que o fluxo tem de ser garantido e tem de ser contínuo. Não dá para continuar desse jeito.

Outra coisa que eu queria colocar, para finalizar, é que sou de um fórum de mulheres e não sabemos o que vai acontecer o ano que vem. Sou sociedade civil, não sou entidade. Toda unidade de saúde, seja atenção de nível básico ou em todos os níveis de atendimento, tem de ter, pelo menos, um profissional capacitado e sensibilizado para ver os casos de violência. Sejam os casos de violência doméstica, sejam contra a infância, e contra a mulher.

Vários trabalhadores de Saúde falaram da precarização e essa questão da terceirização só piora esse quadro. Está muito bonito no papel; temos uma rede de enfrentamento à violência.

A questão é: a precarização das condições do trabalho, do trabalhador de Saúde, prejudica, por exemplo isso: cadê o profissional? Você chega lá, tinha um, cadê? “Foi

afastado”. Ou seja, ninguém da unidade está capacitado a acolher e encaminhar os casos de violência. Isso é muito sério. E isso, inclusive, já que é Orçamento, o caso aqui, isso gera prejuízos porque você não consegue fazer a intervenção, o acolhimento e o encaminhamento logo de início. Tem de esperar virar homicídio, não é? Não gostaríamos de ver homicídio. Nós ficamos pedindo leito de hospital, mas o leito de hospital vem lá na frente. Antes do leito de hospital, é promoção de saúde, atenção básica e atenção à violência dentro do sistema de Saúde. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – O Sr. Silvio dos Santos, Fórum da Criança e Adolescente do Butantã.

O SR. SILVIO DOS SANTOS – Boa tarde a todos, Sr. Presidente Jonas Camisa Nova, quero agradecer e também muito obrigado à Vereadora Juliana Cardoso, que pediu essa audiência para que, pelo menos, o pessoal da Saúde viesse trazer sua plataforma, uma vez que na terça-feira não houve condição, e houve toda aquela confusão. Agradeço, portanto, à Vereadora.

Sou lá do Butantã e trabalho com crianças e adolescentes. Na região, cada dia mais crianças estão tendo filhos, nascem muitos bebês, e ainda está proliferando o número de habitações sem qualquer garantia. Portanto, são locais não planejados, ocupação de terrenos etc.

O que desejo colocar é: vai se votar o Orçamento, lá na região do Butantã tivemos várias promessas, tais como a implantação do CAPES, uma URSI também, para a questão dos idosos, a UBS nossa Cardoso 2, a UBS Jaqueline 2. Eu que moro lá na Cohab Raposo Tavares, a gente tem há doze anos a promessa de que iria lá se construir uma UBS naquela região e até hoje nada. O que venho pedir aqui: que pelo menos essas coisas que já foram prometidas como o CAPES, (ininteligível), o terreno lá em frente ao shopping Raposo, que ele seja garantido nesse Orçamento. Colocado o que vai precisar gastar para essa implantação e também essa questão das UBS porque a UBVS e o atendimento à criança está toda honra

necessitando nesse primeiro atendimento e já está defasado. É claro que a gente vê, vejo que tem muita gente da zona Oeste aqui pleiteando que tenhamos a oportunidade de poder estar aqui. A cidade está uma arraso nessa questão de construção de novas unidades. Então, que seja garantida nesse orçamento o máximo possível, então, Vereador, essas três (ininteligível). A UBS Malta Cardoso 2, a UBS Jaqueline 2, e CAPs. juntamente, num terreno que já está garantido em frente ao shopping da Raposo.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - Tem a palavra o Vereador Adolfo Quintas.

O SR. ADOLFO QUINTAS – Queria aqui cumprimentar o Presidente, Jonas camisa Nova, cumprimentar o redator da Peça Orçamentária, Vereador Bispo Atilio Francisco, cumprimentar todos os representantes da Mesa. Eu queria fazer uma colocação em relação às audiências públicas. Os ilustres representantes das Secretarias Municipal de Finanças e Orçamento, de Saúde, Autarquia Hospitalar e Hospital do Servidor Municipal. Solicitei em 11 de maio de 2016, por meio do requerimento finanças nº 35/2016 a todas as Secretarias Municipais a relação dos valores devidos referentes às despesas do exercício anterior dos anos 2012, 2013, 2014 e 2015 que foi pago. A Secretaria respondeu nas indagações e meados de julho de 2016. Momentos em que tivemos a informação de que a municipalidade é devolver de absurdo 121 milhões 371mil 691 reais e 93 centavos. Apenas de DEAS sendo desse total 81.0288.598.3 são só originários da Secretaria Municipal de Saúde, da Autarquia Hospitalar e do Hospital do Servidor Público. Ora, acompanhando os valores devidos da Secretaria Municipal de Saúde é devedora praticamente de 66.76% do total de 121 milhões. Com esse escopo da informação convidei vários Secretários a comparecerem a esta Casa para discutir os DEAS de 2012, 2013 e 2014. No entanto, apenas uma Secretaria Adjunta compareceu à discussão da audiência pública realizada em 23/06/16, requerimento nº 33/2016 e 31/01/16, requerimento nº 77/2016.

Desta feita, gostaria de saber da Secretaria de Saúde, Autarquia Hospitalar e Hospital do Servidor Público, em conjunto com a Secretaria de Finanças e Orçamento em honrar as DEAS e pagar seus credores, uma vez que não podemos licitar, contratar, averbar e nem pagar. Pior que isso, não podemos atestar a falibilidade, a falência das contas públicas da Cidade de São Paulo.

A gente fez as audiências, não houve resposta a não ser aquilo que era do exercício de 2015, mas tenho ouvido o Prefeito bravar nas rádios dizendo que ele vai deixar cinco bilhões para o próximo Prefeito. E o resto a pagar? E as dívidas que são do município, que não são do Prefeito? Aí o cara passa cinco bilhões para o outro governo dizendo que não deixou nada nesse governo anterior. Sendo que ele está prejudicando trabalhadores, não são os empresários não. Como empresário não tem dinheiro para pagar, como disse aí o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores, na área de segurança, principalmente, na área da Saúde, ele colocou muito bem que faliram quase 200 empresas nesse segmento por conta do Município não honrar com seus compromissos e não pagar, não paga e as empresas não têm como pagar o trabalhador e fali. Isso é uma falta de responsabilidade muito grande.

Então, só para o pessoal entender uma síntese dos (ininteligível). A Secretaria Municipal de Saúde está devendo: no gabinete, 11.443.914; a Covisa, 762.940; Coordenadoria Regional de Saúde Norte, 1.171.618,96; a Coordenadoria Regional Sul, 2.986.299,65; Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste, 2.549.408; Coordenadoria Regional de Saúde Leste, 2.430.153,21; Coordenadoria Regional de Saúde Oeste, 635mil. Totalizando 21.980.228 só nas coordenadorias; Autarquia Hospitalar Municipal, 58.333.841,19 e o Hospital do Servidor Municipal, 714.789,81. Isso representa 81 milhões que o Município está dando o calote na cidade de São Paulo mais uma vez. É passando a dívida para o outro exercício sendo que está colocando que tem saldo de caixa.

Por que não paga as pessoas? Porque deixa as empresas quebrarem? Isso é uma falta de responsabilidade com a cidade de São Paulo, uma Cidade rica. Eles desviam o

orçamento sendo que o compromisso já existia, foi feita licitação, foi feita a contratação das empresas e não pagam.

Fora isso, estamos tendo um péssimo serviço na cidade de São Paulo na área da segurança. Sabemos que os parques estão abandonados, Parque das Águas, Parque do Ibirapuera, não têm o mínimo de segurança para o cidadão paulistano ter o seu lazer. Assim também estão os hospitais, não tem mais segurança, as empresas estão quebrando e algumas mantêm serviço por terem compromisso e serem honradas, mas o resto do pessoal não tem esse compromisso.

Então, quero fazer um apelo ao Vereador Bispo Atílio e aos representantes da Secretaria que dessem uma resposta urgente, até sexta-feira, porque fiquei de receber as respostas do Ahmed para que pudéssemos tomar uma providencia.

Estou mandando, amanhã, uma representação ao Ministério Público e ao Ministério do Trabalho em relação a essa dívida do Município porque eu acho um absurdo. Isso vai trazer transtorno para o Município de São Paulo, mas infelizmente, não temos alternativa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - Tem a palavra a Sra. Mariana.

A SRA. MARIANA – Boa tarde.

Vou tentar responder a maior parte dos questionamentos. Em primeiro lugar, gostaria de esclarece que o Secretário Alexandre Padilha vem em todas as audiências públicas que são para a prestação de contas para a política de saúde em geral, em todo o quadrimestre, desde que assumiu a Secretária a pouco mais de um ano. Além disso, ele também faz todo o processo de prestação de contas junto ao Conselho Municipal de Saúde a cada quadrimestre e nas demais reuniões em que ele é convocado.

De fato, essa audiência pública sobre o orçamento de 2017, especificamente, ele me indicou e também todos os responsáveis pela área orçamentária para poder fazer a

representação, mas ele jamais se furta a fazer o debate da política pública de saúde e da política que vem dirigindo pela Secretaria.

É importante que todos tenham clareza – já que tem muito questionamento em termos de evolução do orçamento – que o orçamento da Secretaria Municipal da saúde, incluindo a autarquia e HSPM, que cresceu ao longo dos últimos anos mais do que a receita líquida do Município. Nesse sentido, há uma prioridade de recursos para ser distribuído, aumentando a parcela referente à saúde – isso não quer dizer que seja suficiente ou que resolva todos os problemas; mas que, do ponto de vista orçamentário, há um direcionamento proporcionalmente maior para a saúde que para outras áreas.

Uma das formas utilizadas – que não é daqui, mas da Constituição, da lei – para se fazer essa medição é comparar com percentual obrigatório de 15%, sendo que a saúde em São Paulo deve terminar 2016 – isso foi apresentado pelo Secretário na última prestação de contas – com um percentual de 21,11%.

Em 2012, esse percentual era de 18,55%, e, por isso, estou dizendo que houve um aumento da priorização de recursos para a saúde. Estou tirando isso desse dado concreto de percentual de 2016. Esse é um esclarecimento mais geral.

Sob o ponto de vista da execução, nessas prestações de contas quadrimestrais, vou usar o último dado do segundo quadrimestre, portanto, fechado em agosto. Perguntaram: “qual o percentual já gasto”. Eu entendi que tem uma preocupação sobre sobra ou não de recursos na saúde, se a gente deixa de gastar por incapacidade e tal.

Acho que existem várias Secretarias e áreas da Prefeitura que deixam de gastar todo o seu orçamento. A saúde não é uma delas, ao contrário. Se você avaliar o conjunto do orçamento, ele é tradicionalmente suplementado, complementado ao longo do ano, o seu valor total – não estou falando que uma coisa ou outra não possa deixar de acontecer ao longo do processo, mas o montante da saúde, *grosso modo*, se gasta mais do que se recebeu no início,

ou seja, mais do que a lei, porque acaba tendo uma suplementação ao longo do ano pela Secretaria Municipal de Finanças.

Em agosto, quando o ano ainda não estava completo, já se havia liquidado, mandado pagar, retirado do orçamento da Saúde, 76,85%. Portanto, mais de três quartos já tinha sido executado em final de agosto, o que corrobora o que eu vinha dizendo no sentido de que existe um nível alto de execução do orçamento da saúde na cidade de São Paulo.

Quem me perguntou sobre a execução foi o Alex Albuquerque, que também perguntou sobre restos a pagar.

Para esclarecer, para o ano de 2016, ainda não foi feita a inscrição em restos a pagar. A Secretaria de Finanças tem o prazo máximo de 09 de dezembro para que sejam feitos os empenhos por parte da Secretaria, ou seja, vou me comprometer com gastos e, a partir daí, aqueles gastos que estão comprometidos até essa data, Finanças perguntará se estão todos inscritos ou não em restos a pagar. Por que são restos? Porque serão pagos em 2017. Não temos ainda essa informação porque ainda não chegamos nessa fase do cronograma da execução orçamentária.

(NÃO IDENTIFICADO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu queria perguntar a Sra. Mariana: a senhora falou que aumentou o orçamento em 2016 e, mesmo assim, o Município não paga o que deve?

A SRA. MARIANA – O orçamento total da Saúde foi para os custeios presentes da saúde. Eu vou falar dos dez, na minha organização de resposta, se o Sr. Vereador assim permitir.

Vou passar para os dez que é mais fácil.

A Secretaria Municipal da Saúde recebeu, no ano de 2013, início de 2013, um total de 255 DEAs - Despesas de Exercícios Anteriores, ou seja, de despesas não pagas do ano de 2012, entre outubro, novembro e dezembro de 2012: 255 milhões. Em função de alto volume de recursos, isso teve de passar por um processo de apuração, até porque a maior parte deles

eram DEAs que não tiveram um empenho. Então é mais difícil de apurar, porque você tem que apurar a própria despesa, não está comprovado, o empenho não tinha sido feito previamente, o que facilitaria a identificação dos DEAs. Dos 255 milhões, foi feita uma comissão que trabalhou. algumas questões foram gerenciadas. Hoje, desse valor, restam a pagar, de fato, 67, 66,9 milhões da Secretaria Municipal de Saúde – todo esse valor referente a dívidas de 2012. De fato, a Prefeitura Municipal deve 66,9 milhões em recursos gastos em 2012 - isso dado o período desse. O restante foi ajustado, de 2012. Então não é que não teve nenhum planejamento. você tem um ajuste grande numa fase que é uma fase de crise econômica com redução geral de orçamento e, mesmo assim, a gente conseguiu pleitear sim ampliações de orçamento para a área da Saúde, onde foram realizados alguns pagamentos e alguns ajustes aqui. parte disso também tinha, não só ...

(NÃO IDENTIFICADO) – Só uma pergunta: vocês vão dar resposta para isso esse ano ainda, vão pagar esse pessoal?

A SRA. MARIANA - A gente fez solicitação, dentro do orçamento, da previsão orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde, não há espaço para o pagamento dos 66 milhões ainda nesse exercício, até pela execução dos compromissos que estão vigentes. A gente fez solicitação para a Secretaria Municipal de Finanças e eles estão respondendo, pouco a pouco. Até agora, a gente não tem.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIANA - Olha, essa é uma questão que já tem que sido debatida em diversos outros lugares. Posso dar mais um esclarecimento que, na proposta orçamentária de 2017, assim como em outras propostas orçamentárias, você não faz consignação de DEA. Não existe, dentro da proposta orçamentária. Eu não pego um orçamento previsto de receita que entra num ano e coloco para provisioná-lo para DEA. Não existe. O elemento 92 de DEA não é aberto em proposta orçamentária. Então não é, de fato, entendo eu, e por isso foram importantes as outras audiências públicas que eram feitas especificamente para esse tema,

como foram importantes todas as outras rodas de conversa que a gente já teve, já abriu em diversos momentos para discussão do tema ...(ininteligível)...

- Manifestações simultâneas.

(NÃO IDENTIFICADO) - Mas quando vocês contratam uma empresa, vocês não fazem provisão do recurso que vão gastar?

A SRA. MARIANA - É por isso aqui não consta para mim, por exemplo - e aí podemos até reabrir - nenhum DEA de 2014 – 13, 14 e 15. O de 13, que está sendo mencionado, que eu tenho aqui, são DEAs de 2013, que o ato foi, na verdade, em 2012. Ou seja, que foi uma fatura em restos a pagar em 2013.

Eu gostaria de poder seguir com as informações das demais questões porque esse é um tema muito específico que já é tratado em outras fases.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Pessoal, vamos deixar para questionar no final. Deixem-na...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Só um minuto, Doutor.

- Manifestação fora de microfone.

A SRA. MARIANA - A dívida está reconhecida. A Secretaria Municipal de Saúde não tem dotação orçamentária para poder fazer o pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Pessoal, deixa a doutora concluir. Aí, no final, abro espaço para que se possa questionar, tudo bem?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIANA - Acha que a sugestão da companheira aqui na frente é positiva. Depois seria interessante que a Secretaria Municipal de Finanças se manifestasse, porque fizemos todos os pedidos junto a eles para poder ter esse recurso adicional.

Vamos lá.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Tudo de novo, não! (Risos)

Agora vamos para funcionalismo e questões de pessoal em geral. Vou falar mais da parte que está aqui. Depois, acho que os companheiros vão complementar. Vou deixar para vocês falarem também. Fiquem à vontade. (Risos)

Com relação à questão das obstetrizas, eu queria só me manifestar, para lembrar a todos só que, de fato, o próprio cargo das obstetrizas foi criado no mesmo bojo das negociações do novo plano de cargos e salários. Então era uma carreira que não existia no Município. Então foi com reconhecimento para a importância desse profissional, que ela faça parte então do quadro do funcionalismo público municipal. Fizemos um primeiro concurso público.

Questões... Aí vou pedir, de novo, para o companheiro da Secretaria Municipal de Finanças complementar. Questões da conjuntura financeira municipal impediram a Secretaria Municipal de Saúde de seguir com seus planos de contratação desses profissionais, assim como de outros profissionais, que também tiveram seus processos de contratação interrompidos em relação ao planejamento original. Não que não existisse um planejamento, existia um planejamento. As conjunturas de fato alteraram bastante a nossa capacidade de execução de algumas dessas atividades.

Sobre os médicos residentes, que a Janaína tinha perguntado, calma, tem uma ordem aqui, porque estou falando do funcionalismo, perguntaram das OSs, inclusive. A questão dos residentes. O valor do aumento, só para esclarecer, o aumento foi dado para a bolsa de residentes a partir de novembro, ele já vai ser pago a partir de agora. Então, os meses de novembro e dezembro estão pagos desde já, com o percentual de 11,9%. E está previsto para o Orçamento do ano que vem, o Orçamento que está colocado aqui é para pagar com o reajuste já ao longo de todo o ano, nos diversos orçamentos onde isso está consignado. A dotação não é explícita só para pagamento de residentes, salvo engano, a nossa não é, a de vocês também não. A conta foi feita toda com isso.

E existe, além disso, uma articulação aqui, uma conversa toda que a gente tem apoiado de quem exista uma emenda ao Orçamento. Isso sim não está previsto e a gente falou isso ao longo das mesas para o pagamento de um retroativo desse aumento desde abril até novembro. A Portaria que se chegou a mencionar aqui na verdade não foi publicada em abril. Foi publicada, salvo engano, em outubro agora e aumentou a partir de novembro. Abri foi publicada a Portaria Federal a esse respeito.

Okay. A parte toda da autarquia eu vou deixar para o Nilson complementar do ponto de vista não só das reformas, como também da questão dos contratos. Com relação às OSs...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Ah, os municipalizados, desculpe, está numa outra página aqui do lado. É que eu vi emergência e vasculhei. Os municipalizados, acho que vou pedir para o Eurípedes complementar os municipalizados.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Eu ia falar do ginecologista e aí me puxaram para os municipalizados.

(NÃO IDENTIFICADO) - Gente, vou tentar sintetizar bem rápido. O Prefeito Haddad fez uma política na área de pessoal. Na audiência passada, foi mencionada a questão do 001. Na verdade, 001 foi apenas a lei. Os sindicatos sabem que na verdade não houve 001 para o conjunto do funcionalismo.

No primeiro ano de Governo foram dados 72% para o nível básico, 45% para o nível médio, porque se a gente fosse dar o reajuste liminar para todos iriam ser 5% para todo mundo e não resolveria o problema de ninguém. O Prefeito Fernando Haddad fez uma política de reestruturação de carreiras. Na saúde, isso envolveu 41.000 servidores, trazendo 15.000 servidores das duas autarquias para os estatutários. E aí alguém disse o seguinte: “Não, mas subsídio não é salário.” Ao contrário, por que passou a receber sob a forma de subsídio? É

porque havia um penduricalho no qual tinham 450 códigos de pagamento. Atualmente, sob a forma de subsídio, esses 41.000 servidores e mais cerca de dez mil servidores do nível superior de toda a Prefeitura levam todos esses valores para a aposentadoria.

Então, no caso, por exemplo, eu sou médico, nós iniciamos a Administração e os médicos recebiam 2.750 reais e atualmente o salário de ingresso é de seis mil reais. Agora, para fazer isso gastamos este ano 40% a mais com o pessoal. Então, foi por isso que não conseguimos resolver os problemas dos municipalizados e também outro problema importante, que é a gratificação de preceptoria, porque o dinheiro não dava. Mas, assumimos um compromisso com os municipalizados através de um protocolo que foi publicado essa semana, assim como um protocolo com os médicos residentes, que está publicado no *Diário Oficial*. E, através desse compromisso, Qual é o compromisso? Reajustar a gratificação de municipalização.

Então por que o Prefeito ainda não mandou um projeto de lei aqui para a Câmara. Até o momento o entendimento é que pela Lei de Responsabilidade Fiscal ele não pode mandar para a Câmara alguma coisa que vai trazer gasto para o próximo Prefeito. Está havendo uma negociação dos sindicatos com a Secretaria de Governo e a determinação do nosso Presidente, da Mariana e do Padilha foi para que enviássemos para a Secretaria de Governo o que há de estudos lá na Secretaria sobre essa questão de municipalizar. E aí o Governo vai resolver se pode no conjunto da Administração.

Muito obrigado.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Com relação aos orçamentos das OSs e demais convênios. Não fui explícita na apresentação, mas estava explícito, ali estava bem destacado qual era o orçamento previsto tanto para 2016 quanto para 2017, para contrato de gestão e convênios.

O valor total era de 3.474 bilhões, no ano de 2016, e vai para 3.496 bilhões. O aumento é de 22 milhões previstos. Esse valor representa 35% do orçamento em relação ao que foi perguntado originalmente.

A questão da inclusão do profissional ginecologista nos contratos, essa é uma discussão prévia dentro da atenção com a parte da política de Saúde mais ampla não estritamente de orçamento. Se você perguntar hoje, há previsão específica? Os contratos não estão aditados nesse sentido. Esses 22 milhões aumentam no ponto de vista do contrato para o ano que vem. Obviamente há pressões dentro da rede como ela está, mas faz parte de um processo mais amplo de negociação até onde entendo.

Então o que posso responder agora explicitamente a esse respeito é: o valor hoje consignado para o orçamento de 2017 não está prevendo uma ampliação desse tipo de profissional atendendo lá. O que não significa que isso não deva acontecer. Nada disso, mas é dada a estrutura atual que é montada a partir das coordenações regionais. Hoje as demandas todas são feitas para equipes das unidades e até onde entendo são montadas a partir das coordenadorias regionais e das supervisões.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Sim. É isso o que estou dizendo, mas ela é montada para além do orçamento. Só estou dizendo que essa não é uma questão estritamente orçamentária.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Calma gente. Não cheguei até o final. Vou chegar no Lauzane Paulista.

Vamos para as unidades. O CAE Carvalho, que a Dona Socorro tinha perguntado inicialmente. É uma reforma que está sendo feita em uma unidade e termina agora em dezembro. A partir daí a nova unidade da Rua Corre-Corre vai começar a funcionar. Essa é a informação que temos.

Com relação ao Lauzane Paulista, o caso realmente ficou complicado porque foi uma reforma feita pela OS que antes era responsável pela AMA Lauzane Paulista. Não é o IABAS e sim a SPDM. Então a reforma foi feita pela SPDM, hoje estamos fazendo laudos para poder questionar a SPDM e responsabilizar em relação à falha que aconteceu na sala de RX. E a partir disso, ao mesmo tempo, fazendo a avaliação.

Já temos algumas avaliações de reformas, agora não pela nova OS, mas diretamente pela Prefeitura. Temos uma área dentro da Secretaria Municipal de Saúde que se chama GDRF, Grupo de Desenvolvimento da Rede Física, que faz a contratação via Siurb, Secretaria de Obras. A última ocorrência que houve no Lauzane Paulista, a ata da Siurb para aquele tipo de reforma tinha acabado, então não conseguimos contratar a partir daí.

Então esse é um caso que está na nossa agenda, inclusive, com a equipe de transição. É um problema grave e que tem de fato vários atores envolvidos e acho que existe uma responsabilidade do executor da obra anterior e sendo bastante franca aqui, tem que avaliar pelo menos a responsabilidade. Eu não sei. Eu não tenho competência para dizer que tem ou não tem, mas faz parte do processo da Prefeitura avaliar o que aconteceu, porque ali existiu, de fato, uma obra.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Está havendo um resgate de todos os processos. Interpelada ela foi. O que não há ainda é uma ação formal em relação a um provimento.

Sobre a questão do OS da Lapa, conforme foi dito aqui, não se trata de uma pequena ou grande reforma e já há conhecimento a esse respeito. Esses 7,6 milhões que nos foram entregues no ano de 2010, acho importante dizer que foi um repasse feito para a Fundação Faculdade de Medicina – FFM, que era quem devia ser responsável pelo PS naquele momento. Como é um dado de 2010, segundo a equipe que estava na Secretaria de

Saúde há mais tempo, as pessoas não chegaram a ter uma busca desse tema; aparentemente não foram questionados sobre esse tema em particular.

É preciso avaliar se a dotação foi liberada de fato, se saiu a publicação e não havia condições de execução, se foi de fato repassado e como se deu a prestação de contas. Vale a pena mencionar que nesses tipos de convênio não havia prestação de contas finalizadas, ou seja, de um convênio, de um contrato antigo, terminar completamente a prestação de contas desde o início de contratos de parceria com a Prefeitura e com outras entidades privadas. Como nunca foram finalizadas essas prestações de contas, nunca foram questionadas.

Recentemente, fizemos um tremendo esforço para avaliar mais de cem prestações de contas, que estão sendo acompanhadas pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público Estadual e pelo Tribunal de Contas. Chegamos até a criar uma metodologia de avaliação pela dificuldade de se avaliar algo que aconteceu em 2001, 2002, 2003 e que nunca foi devidamente organizado. Relatórios agora serão finalizados para inclusive podermos cobrar, por exemplo, recursos que, em tese, deveriam ter sido devolvidos à municipalidade e não foram, e podermos ajustar e regularizar esse que é um problema histórico.

Esse tipo de recurso está nesse bojo da não prestação de contas histórica que ocorria nessa relação com os entes privados.

Respondidas essas questões, vou agora passar a palavra para os companheiros do HSPM para podermos responder sobre os demais temas relacionados aos hospitais.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Eu falei do concurso, que não pudemos chamar, e íamos pedir para a Pasta de Finanças explicar as razões. Como eu disse no início, não fomos nós que fizemos o orçamento de pessoal. Nós tínhamos um levantamento e solicitamos que no mínimo fossem incluídas as nomeações dos concursos já realizados. Como toda a fonte municipal adicional do Orçamento vai para pessoal, eu entendo que é possível que esteja previsto lá. O da Autarquia, eu sei que está previsto e existe uma

previsão orçamentária para a realização do concurso. Mas isso o Nilson vai esclarecer também.

Da Secretaria Municipal, tenho dúvida se estão incluídos os 1.090 médicos ou se há apenas um parcial na previsão.

O SR. NILSON GERALDO DA SILVA – Boa tarde. Sou diretor financeiro da Autarquia e vou responder a alguns questionamentos. O primeiro é sobre a reforma dos quatro hospitais, o valor provisionado neste exercício. Esclareço que, dos 66 milhões previstos para a reforma dos hospitais. Já reservados para este exercício, temos cerca de 26 milhões de reais; os processos licitatórios, realizados pela Edif, estão em andamento e estamos aguardando a finalização para podermos efetuar o empenhamento. Se isso não vier a acontecer ainda neste ano, a previsibilidade está mantida para 2017.

De concreto, temos hoje que os processos já estão em fase final de licitação e até mesmo de homologação. Em isso acontecendo, esses valores serão empenhados e, conseqüentemente, virarão restos a pagar para o exercício seguinte, de cujo valor previsto e repassado pelo Governo Federal será deduzido para a reforma desses quatro hospitais.

Esse é um dos pontos.

Houve também uma pergunta sobre aumento de cerca e 16% no Orçamento para pessoal da Autarquia no ano que vem. Esse aumento se dará justamente em detrimento do concurso público, dessa previsão de um concurso com 120 cargos para fazer frente à questão dos contratos emergenciais, que hoje estão de fato em exercício, trazendo regularização para essa questão que tanto tem afligido a todos.

Para o ano que vem, portanto, já há previsibilidade no Orçamento da Autarquia – e isso já foi acertado inclusive com a Secretaria Municipal de Gestão. Por isso que tivemos esse aumento de cerca de 16% para despesa com pessoal da Autarquia previsto para o ano que vem.

Em relação aos residentes, a Mariana já falou. Nós temos essa previsibilidade de aumento já a partir de novembro e também para o ano seguinte com previsão de reajuste das bolsas de todos os residentes médicos da Autarquia Hospitalar Municipal.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NILSON GERALDO DA SILVA – Os 16% não fazem parte de pessoal; residente médico não é considerado dentro da peça orçamentária como despesa de pessoal. Há uma rubrica específica para residente; não especificamente só para ele. Como a Mariana já disse, dentro dessa rubrica, nós já temos a previsibilidade do aumento que já estará acontecendo a partir do novembro de 2016. E isso também estará coberto orçamentária e financeiramente para o exercício de 2017.

Essas são as anotações que eu tinha feito, só para corroborar com aquilo que a Mariana havia falado anteriormente.

Obrigado.

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIÉ – Tenho que responder às questões do Sérgio. Vocês do Sindsep sabem mais do que todos o que representa para o HSPM o plano de cargos e salários: um grande salto e uma enorme dificuldade. Era totalmente diferente a maneira como funcionavam as nomenclaturas, os pagamentos, a evolução; tudo era diferente.

Trazer o funcionalismo do HSPM para esse projeto foi um enorme avanço, apesar de ter trazido dificuldades. Algumas coisas estão em processo de adaptação e entendimento; algumas questões ainda estão em análise jurídica.

Dentro do que foi analisado, acredito que não haja mais nenhuma outra questão sobre o HSPM que ainda não tenha sido respondida.

O orçamento do HSPM ainda está em execução, e acreditamos que será executado em quase toda sua totalidade. Ainda há muito pregão, muita coisa acontecendo, e acredito que vamos executar o orçamento quase em sua totalidade.

Sobre a previsão de um concurso, o HSPM abriu um processo, que foi encaminhado à Secretaria da Saúde, informando a necessidade imperiosa de concurso. Todos sabem da dificuldade que nós temos com a enfermagem. Hoje, o HSPM não pode ampliar, além dos que estão fechados, por conta de falta de pessoal de enfermagem. Todos estão acompanhando isso e sabem da dificuldade envolve. Se houver condições financeiras, o concurso para o HSPM é fundamental.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. REGINA LÚCIA PEDRO ATHIÉ – Eu acho que sim, mas não foi dada a resposta do HSPM. Isso é Finanças que vai responder. O HSPM abriu processo, a solicitação foi feita, já está feita. Estamos apontando isso de maneira bastante constante, enfática, porque existe essa necessidade, existem médicos contratados em regime de contratação de emergência, existe esse *déficit* no quadro de profissionais de enfermagem – tanto de enfermeiros, quanto de técnicos de enfermagem – e é bastante grande.

Então acho que o Orçamento está prevendo isso, acredito mesmo e torço para que isso aconteça. Creio que sim.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Vou abrir para questionar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Obrigado. Passo agora para o Sr. Ahmed da Secretaria de Finanças. Ah, desculpe.

A SRA. MARIANA - Não, eu acho que já conclui.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIANA - Acho que isso a Mariana já informou, na realidade, o Orçamento da Saúde vem adaptado para nós, dentro da receita do Município. Acho que isso já foi informado. O HSPM precisa de uma discussão muito maior. O Sindisep sabe disso mais do que eu, que é solucionar o problema histórico dele que é de ser do Servidor e ser do... que

esse é o nosso grande problema e que está se agravando. Cada vez mais isso está se agravando.

Eu espero e desejo do fundo do meu coração que vocês consigam aprofundar esse debate que tentamos fazer de maneira bastante enfática esses quatro anos.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIANA - O que se decidir, né, Sérgio? O que não pode é continuar da maneira que está. Esperamos, e eu espero do fundo do meu coração – e esse é meu desejo, desejo isso ao HSPM, que essa discussão continue e que vocês cheguem a uma conclusão para o bem do Hospital.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Ok. Sr. Ahmed, por favor.

O SR. AHMED SAMEER EL KHATIB – Boa tarde a todos. Só contextualizando em relação à aprovação ou não do mérito de pagamento de despesas de dissídios anteriores, também serve para contextualizar a questão das nomeações.

Existe uma junta orçamentária, financeira, intersecretarial, não é só Finanças, que analisam eventuais estouros orçamentários. Como bem disse a Mariana todos os percentuais constitucionais em relação à Saúde, 15%; Educação, 25%; sempre serão ultrapassados, ou seja, estouro no Orçamento. E, estourou o Orçamento, é necessário que você suplemente recursos. E essa suplementação não é Finanças individualmente que delega a aprovação ou a rejeição, Foi constituída uma junta orçamentária financeira e ela que analisa o mérito.

Agora, respondendo pontualmente as perguntas. Com relação ao DEAs – Despesas de Exercícios Anteriores, eu tenho acompanhado as audiências provocadas pelo Vereador Adolfo Quintas, os representantes das empresas. Na ocasião, foi dito que ‘cabe a cada Pasta – a cada Secretaria – entregar contra partidas’, ou seja, deixar de gastar no exercício corrente algumas coisa para que se faça o pagamento de despesas anteriores.

Esse esforço nem sempre é tão elementar, pois existem outras prioridades. Quanto não apresentada a contra partida, é enviado um processo – também mencionado aqui na Mesa

– por essa junta orçamentária e é ela que, enfim, dá a aprovação ou a rejeição do pagamento naquela ocasião, por oportunidade, por conveniência da Administração Pública, até respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com relação às nomeações, há uma previsão de que sejam nomeados os aprovados em concurso recentes, entretanto, é interessante observar que essa é uma previsão. Nesses últimos dias temos discutido Orçamento. E o Orçamento nada mais é que um instrumento de planejamento. A LOA – Lei Orçamentária Anual especificamente é um planejamento de curto prazo, um ano.

Então há uma previsão com base em premissas orçamentárias, com premissas macroeconômicas. A situação do País mudou.

Mudou, inclusive, de agosto para cá, quando a gente começou a estudar o assunto e a delinear as premissas que seriam utilizadas para a construção do orçamento de todas as secretarias. Então é uma previsão à qual se fixa as despesas.

Vejam, há possibilidade de que essas receitas sejam frustradas, por serem uma previsão. E no momento dessa frustração, por mais que tenha sido aberto edital – e isso em todas as carreiras, não somente na área de saúde. Havia uma previsão, à época, de uma arrecadação de receita que comportaria uma despesa nova de pessoal, custeio, etc., com os aprovados. Os editais preveem obviamente uma questão de prazo a ser respeitado – de dois anos; alguns deles prorrogáveis por mais dois anos – justamente para ter esse equilíbrio econômico-financeiro, e, nesse caso, orçamentário. Então, com relação às nomeações, há previsão. Entretanto, passamos por um momento de transição de governo, e, pelas definições das prioridades do próximo governo é que vamos saber se vamos realizar ou não essas contratações.

(NÃO IDENTIFICADO) – Sr. Presidente, nós temos publicado no Diário Oficial, efetivamente, a confissão do débito. Questionamos a Autarquia Hospitalar da última verba destinada à ela, e ela disse que, daquela verba destinada, nada incumbia ao pagamento de

DEA (?). Considerando o argumento do Vereador Adolfo Quintas de que o Prefeito Haddad vai transferir para a próxima gestão cinco bilhões de reais, eu lhe pergunto: temos cinco mil trabalhadores que estão sem receber salário por culpa exclusiva do Senhor, respeitosamente; eu os entendo como profissionais, mas culpa dos senhores como gestores. Esses funcionários não receberam salário. O trabalho foi prestado, as empresas trabalharam, faturaram, recolheram os impostos. Todavia, não receberam a contrapartida. Emitiram a nota fiscal e estamos lá esperando. Eu queria saber objetivamente do senhor. Considerando essa verba que o senhor comentou, Vereador Adolfo Quintas, e acredito que seja verdade, nós vamos receber ou não vamos receber? Os trabalhadores vão conseguir receber o seu salário?

O Dr. Nilson, e digo Nilson porque lidamos com ele na autarquia hospitalar há muitos anos. É um excelente diretor financeiro que tem feito o impossível para pagar as empresas; faz uma ginástica financeira impressionante para pagar, às vezes, a fatura do mês, porque a empresa recebe e paga o seu salário. Quando não recebe, duas ou três faturas, chega uma hora que não consegue mais pagar. Duzentas empresas já quebraram dentro do Município de São Paulo. Essa é uma conta maluca. Os senhores são responsáveis solidários e vão pagar lá na frente. Então precisamos saber objetivamente.

Já tivemos duas audiências. Acredito que o Vereador estará oficiando o Ministério Público, o Vereador Adolfo Quintas. Vamos receber? Somos parceiros e não estamos sendo tratados como parceiros da Prefeitura. Nós trabalhamos, prestamos serviço, e os nossos funcionários estão sem receber. Queria, respeitosamente, saber se vamos receber ou não.

Muito obrigado.

O SR. AHMED SAMEER EL KHATIB – Em resposta, desde aquelas audiências públicas, há um esforço muito grande de todas as pastas, de todas as secretarias. A própria Mariana trouxe números de uma redução drástica do volume de DEA. Não há intenção de se empurrar e nem de delegar responsabilidades para a próxima gestão. Agora, como eu disse, estamos ainda em execução orçamentária de 2016. Até o dia 9/12 ainda há previsão para que

a gente possa executar e empenhar algumas despesas. Eu não posso precisar se vai ser pago ou não, mas que há um esforço de todas as pastas no sentido de apresentar contrapartida para a Secretaria de Finanças, para que ela possa, sim, autorizar o pagamento, e, dessa forma, respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal, isso é inegável.

(NÃO IDENTIFICADO) - Dr. Ahmed, existe ou não existe esse repasse para o próximo Governo, de cinco bilhões? A imprensa que está dando, o rádio, a televisão.

A Imprensa que está dando, rádio, televisão.

O SR. AHMED SAMEER EL KHATIB - Não sei te dizer de onde vem essa informação.

O SR. _____ - O senhor não é de Finanças?

O SR. AHMED SAMEER EL KHATIB - Sim, mas quem deu a informação para a Imprensa, ou como ela foi veiculada pela Imprensa não sei te responder, porque não foi da minha Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.

A Imprensa que está dando, rádio, televisão.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Use o microfone, por favor.

- Manifestações fora do microfone.

(Palmas)

A SRA. MARIANA - Eu só queria reforçar um pouco os problemas, enfim, a questão dos 5 bilhões eu queria esclarecer uma parcela, embora não seja a Secretaria Municipal de Finanças, o que está veiculado na Imprensa, e o próprio Fernando Haddad, na entrevista, buscou esclarecer, uma parte desse valor é o montante que precisa ficar em caixa para pagar a estimativa que ele tem de 'restos a pagar'. Então não é 'em caixa' no sentido de faça o que você quiser com isso.

É um pouco para nós entendermos, porque fica esquisita a história: "eu tenho 5 bilhões e não consigo pagar".

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIANA - Eu respeitei o senhor até, então, um instantinho. A ideia é justamente respeitar todos os compromissos, garantir o que – foi o que lhe falei diversas vezes – sem deixar maiores problemas.

Então os 5 bilhões, em sua maioria isso, ou então dinheiro que recursos vinculados que não podem ser gastos com outras coisas, senão aquelas pelas quais vieram que, principalmente, nesse sentido, há venda de Cepacs, título utilizado nas Operações Urbanas.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Silêncio pessoal.

A SRA. MARIANA – Agora, eu queria, por exemplo, pontuar que fizemos esforços grandes na Secretaria Municipal de Saúde para tentar reduzir as despesas e conseguir, daí, com isso, pagar, encaixar.

Eu cheguei no limite de redução de despesas que o próximo passo seria diminuir serviços de Saúde e, aí, como Gestora, não tenho como prometer diminuir o serviço da atenção à população nesse momento para pagar uma dívida que entendemos – não existe dívida sobre a legitimidade, nem sobre as pessoas que estão atrás – mas como Gestora atual não me é dada a possibilidade de fechar uma Unidade Básica de Saúde, fechar um PS, para garantir aquela dívida.

Existe um mau planejamento anterior? Existe, mas temos de ir corrigindo. E fiz a tentativa de dividir para ver se podia caber. Ainda não coube. Por que? Porque tem várias coisas que acabam não sendo cumpridas conosco também. Existe uma grande cadeia. Por exemplo, a Secretaria Municipal de Saúde tem a receber do Estado para a atenção básica 32 milhões que não recebeu. Foi o único Município que não recebeu nenhuma parcela do ano de 2016 do PAB, que é a atenção básica. Nenhuma parcela, do Estado.

Assistência Farmacêutica. O Estado reconheceu: faltam cem milhões de reais. Cem milhões de reais que o Estado deve repassar ao Município e até agora não repassou. Isso impacta no meu planejamento. Estou contato com ele. Faz parte do orçamento inicial, está lá,

eu tenho recursos, Fonte 03, na proposta orçamentária de 2016 que não pude utilizar, 03 é do Estado, por quê? Porque não entrou. Ligo sistematicamente para o Estado perguntando se existe algum planejamento de repasse desse dinheiro ainda este ano. E não consegui ainda um planejamento concreto. Então, eu entendo, mas queria que a gente tivesse clareza de que a gente se esforça, mas os esforços dependem de outros esforços também de diversos níveis. E isso, infelizmente, até agora não fez fechar a conta completamente. Acho que continua até o final do ano. O dia 9 é um dia bem importante, já trabalhei na Secretaria de Planejamento, porque quando acabam os empenhos, a Secretaria Municipal de Finanças tem uma visão bem diferente do que realmente vai poder dispor para gastos como esse, porque faz diferença. Então, realmente acho que existe espaço para continuar a negociação ainda neste ano.

(NÃO IDENTIFICADO) – Só para concluir, Dra. Mariana, o Dr. Ahmed disse que essa é uma decisão da Secretaria. Então, relativamente aos DEAs, pelo que estou entendendo, a senhora teria uma posição definitiva no dia 9 de dezembro, é isso?

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Dia 9 de dezembro é o último dia que todas as secretarias têm para empenhar. A partir desse dia, não eu, eles, vão fazer uma avaliação...

(NÃO IDENTIFICADO) – É para o senhor, viu Dr. Ahmed? Isso mesmo, vou fazer um plantão lá na porta da Secretaria, junto com as 200 empresas.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Ele faz uma reavaliação para saber se ainda vai ter disponibilidade, certo?

(NÃO IDENTIFICADO) – Exato. Como tem até o dia 9/12 para a execução orçamentária desse ano, para a execução de fato, então, a partir dali a gente vai ter uma ideia do que ficou eventualmente de residual disponível para ser pago dos DEAs.

(NÃO IDENTIFICADO) - Presidente Jonas, então gostaria que ficasse definida uma data para que o Vereador Adolfo Quintas, o senhor como presidente também da audiência

pública anterior, para podermos questionar e conversamos com o Dr. Ahmed sobre efetivamente se haverá ou não pagamento no exercício de 2016.

(NÃO IDENTIFICADO) - Gostaria de sugerir não com o Ahmed, mas sim com o Ceron, que está de férias. Essas respostas, acho que seria melhor perguntar direto ao Secretário.

(NÃO IDENTIFICADO) - Sim, mas o Ahmed vai ter de levar essas perguntas a ele e voltar e o Ceron, sempre que a gente foi convidado para essas audiências públicas, sempre compareceu, viu Adolfo? Então, eu gostaria que você mesmo...

O SR. ADOLFO QUINTAS – Sim, o Ahmed também se prontificou a dar-nos o resultado nessa semana.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Sim, mas se não houver nenhuma resposta para o Ahmed, a gente poderia marcar com o Ceron para que viesse pessoalmente dar uma resposta definitiva.

(NÃO IDENTIFICADO) – Então, poderíamos deixar agendado para o dia 9 aqui nesta Casa.

(NÃO IDENTIFICADO) – Não, acho que tem de ser feito antes do dia 9.

(NÃO IDENTIFICADO) – Perfeito, de nossa parte não há problema.

(NÃO IDENTIFICADO) – O problema é o fechamento praticamente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Gostaria que o Adolfo se adiantasse e fizesse o requerimento na nossa próxima reunião, marcando uma audiência pública com o Ceron para tentarmos resolver essa situação.

(NÃO IDENTIFICADO) – Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Vereador. Dr. Ahmed, obrigado.

O SR. FABIO SIQUEIRA - Presidente Jonas, um minutinho, lembrei-me de uma questão fundamental, que é o Hospital da Vila Brasilândia. O Hospital da Vila Brasilândia sumiu do Orçamento. Peço, encarecidamente, ao Relator Atílio Francisco, que coloque uma dotação

específica. Como já existe Parelheiros, o Hospital da Brasilândia, porque ele desapareceu do Orçamento.

Além de ter sido um calote da gestão Haddad, ao povo pobre da zona Noroeste de São Paulo, esse hospital prometido na campanha enganosa do Prefeito Haddad em 2012 não será entregue. E aproveito para perguntar: e o Hospital de Parelheiros, qual a data de inauguração do Hospital de Parelheiros nesses 37 dias de gestão Haddad, que ainda faltam?

Queria perguntar também: a Lei Orgânica do Município exige que no Orçamento para grandes obras esteja discriminada a dotação orçamentária específica. Então, é o caso do Hospital Vila Brasilândia. Também pergunto sobre as UPAs do Centro. As cinco UPAs do Centro, como os colegas lembraram, nenhuma foi executada. Como estão os projetos da UPA Santa Cecília, Menino de Jesus e outras?

E por fim avisar os colegas da zona Oeste que existe uma emenda aprovada para a reforma da UBS da Lapa, 170 mil reais. É dever do Vereador que fez a Emenda 372 cobrar por que esse dinheiro até 31 de outubro não foi executado.

É isso. Muito obrigado.

(NÃO IDENTIFICADO) – Sr. Vereador Jonas e outros Srs. Vereadores da Comissão, boa tarde. Gostaria de fazer um elogio aos senhores por ontem, não estive presente, mas acompanhei os senhores, que solicitaram uma intimação, se não me engano, à Secretaria de Finanças.

Gostaria de solicitar e acredito que todos também se essas questões que estamos pondo, se puderem em próxima reunião, por favor, fazer uma intimação ou solicitação, não sei, à Secretaria de Saúde, porque são muitas questões. Não dá para continuar assim. Estou falando aos senhores e não ouvi resposta. Não dá para entender como um Orçamento de 35% vai para a OS e está faltando equipamento na Unidade Básica de Saúde no hospital. Não tem equipamento para fazer nada. Dizem para a pessoa se encaminhar à outra unidade, a pessoa vai em outra e não tem equipamento também.

Estou falando isso por ser da zona Norte, que está terrível, mas tenho certeza de que outras partes da Cidade estão assim. Então, gostaria de fazer essa solicitação ao senhor e dizer, gente, não sei se todos sabem, mas isso foi passado terça-feira e precisamos cobrar. Disseram que a Prefeitura está devendo 30 milhões para o Governo Federal. Falaram e não deram valores específicos de quanto foi pago. Vem com uma planilha dizendo que 40% é para servidor e 40% é para o Governo Federal e só 10% é para investimento. Incrível, e as secretarias?

Pergunto ao senhor: tudo bem, vamos pegar os servidores. Esses 40% eu não sei, não tenho esse conhecimento, mas são repassados para as OSs? Porque as OSs é que estão pagando os servidores. Daí vêm os senhores dos sindicatos e não são pagos.

Então, gostaria de fazer essa solicitação aos senhores e ficaremos ligados se tiver audiência. Nós da população da cidade de São Paulo não podemos pagar um hospital privado. Usamos UBSs, hospitais públicos. Com o salário mínimo não dá. Gostaria de implorar aos senhores essa solicitação

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Está registrado nos autos.

(NÃO IDENTIFICADA) – Senhores, Mariana, não foi mencionado o Mario Degni. O Mario Degni é uma pauta que o Padilha está acompanhando muito de perto. Tivemos uma reunião das mulheres do fórum com ele, protocolamos um ofício antes mesmo de fazer a ação aqui na Câmara com os Vereadores.

Esse projeto, não sei se o senhor tem conhecimento, porque foi feito com a equipe anterior da autarquia. O projeto está pronto, se alguém da mesa precisar, tenho tudo para encaminhar, o Padilha tem também. Somente cerca de um milhão e meio para mudar a vida de todas as mulheres da zona Oeste, gente, é muito pouco dinheiro.

Por favor. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – A última oradora.

A SRA. NEIDE - Gostaria de saber agora da Regina, a Superintendente do Hospital, por que diminuiu o recurso? Porque o oitavo andar foi entregue para o Cejam? O Padilha foi à audiência assinar lá e dizer que não iria terceirizar. Agora ele colocou uma UPA no oitavo e diz que o Cejam que irá administrar? Ou Hora Certa, a UPA, qualquer sigla dessas, qualquer sopa de letrinha. Mas o oitavo andar foi terceirizado?

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Bom, vamos lá pessoal, respostas finais.

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIÉ – Posso responder? Olha, o oitavo andar não foi terceirizado de maneira nenhuma. De maneira nenhuma. O Cejam foi uma boia que a Secretaria da Saúde jogou para o HSPM, porque se não tivesse jogado, ia fechar a maternidade do HSPM. Não conseguimos, desde 2012, contratar neonatologistas e os neonatologistas que tínhamos e o pequeno número, que vinha fazendo horas extras, foram se aposentando. Então, sem neonatologista não tem maternidade, não tem neonatologia. Isso ia se fechar, ia acabar a residência médica de Ginecologia e Obstetrícia, ia acontecer tudo isso. Quando expus isso na Secretaria de Saúde, o Padilha disse: “Prefeitura do Município não fecha maternidade, quem fecha é o Estado. Essa é a tradição.”

Então, eles tinham esse contrato com o Cejam e ofereceram um braço desse contrato para que a gente conseguisse cobrir os plantões de finais de semana. Tem todo um trabalho do Cejam de parto seguro e entra a enfermagem também. É isso. É isso só. A hora que a gente conseguir concurso público, porque no concurso público anterior nenhum neonatologista se inscreveu. Nenhum. A contratação de emergência para neonatologista está aberta desde 2012. Ninguém se inscreve.

É uma especialidade que está com muito problema mesmo. Era isso, Neide, ou fechar a maternidade.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIÉ – Está registrado. O oitavo andar é Hospital Dia, foi inaugurado como Hora Certa do Servidor, para atender os pacientes que fazem pequenas cirurgias e que vão embora no mesmo dia. A sua gestão e a execução são todas nossas, não tem Sejam, não tem coisa nenhuma, pronto, pronto.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. _____ - Tenho mais uma dúvida, por favor.

A SRA. _____ - Eu ia fazer a minha resposta final.

O SR. _____ - Posso só fazer esta antes. Não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - Pessoal, já foi encerrado. Deixe eu terminar a mesa.

O SR. _____ - Encerrou já? É importante, mas está bom.

A SRA. _____ - Eu acho importante reforçar que existem, enfim, há diversas camadas da atividade participativa que foram bastante animadas nos últimos anos, tanto nos conselhos gestores locais, como no Conselho Municipal de Saúde. Há diversas respostas que são dadas nesses outros níveis, este não é o único espaço que a gente tem para discutir a política de saúde, e os problemas, que não são pequenos, que todos os que se preocupam com a ampliação do SUS têm que enfrentar. Isso é importante. Isso aqui é uma partezinha, uma fatiazinha, que era para discutir o Orçamento de 2017.

Com relação à questão do Mario Degni, na verdade vou responder sobre Mario Degni, mas é um perfil mais geral. Estão consignados no Orçamento alguns valores para projetos novos de investimento.

A questão de projetos novos, vamos ser francos, eles precisam ser decididos, há opções. Tem-se um valor que tem de ser escolhido, mediante as opções da gestão que virá. Acho que nós não fizemos um esforço de super detalhar o Orçamento para focar em uma obra específica, para não criar uma falsa ideia de que uma coisa vai ser realizada quando depende,

de fato, da gestão que vai entrar, se ela vai ou não levar aquilo a cabo. O projeto está lá, existe uma dotação para reforma, acho que cabe uma continuidade da discussão.

Existe possibilidade de, aqui na Câmara, fazer abertura, vocês podem tentar o processo de carimbar, digamos assim, com dotações novas, enfim, colocar a dotação específica com esse nome.

Nada disso é garantia de execução, mas são passos para ser realizados, acho que junto aos Vereadores e junto ao processo da Câmara. Pegar um pedaço da dotação que existe, falar que tem um projeto, puxar e solicitar que seja carimbado.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA._____ - Acho que os desafios de reforma de equipamentos são muitos, tenho certeza que o valor...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA._____ - O Sorocabana com um agravante, eu acho, porque o volume de recursos para reforma do Sorocabana é bastante superior. Tem que ser uma programação de mais longo prazo. Eu já entraria no Sorocabana para discussão de um próximo PPA, por exemplo, para que ele seja incorporado ao PPA de 2018.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA._____ - Ao Plano Municipal de Saúde, exato, e ter os valores mais apurados, porque estão um pouco defasados.

Mas era isso, gente. De novo, isso é pedacinho da discussão, ela não se encerra. Tenho certeza que todos ainda nos veremos em algum momento.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA._____ - Peça lá porque eu falei na minha resposta.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - Pessoal, foi direito à palavra, repasso...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - Alguma coisa sobre o Hospital de Parelheiros. Alguém tem alguma coisa?

A SRA. _____ - O valor total - tem a dotação aqui - eu não tenho a data de inauguração.

Eu não vim responder sobre obras de 2016, vim falar sobre o Orçamento de 2017.

Do ponto de vista de Orçamento aqui, como tem uma defasagem de recebimento ainda do recurso federal, que era para cobrir o Parelheiros, tem aqui uma dotação mais ampla de construção de hospitais, que têm também uma parcela de divisão a ser feita especificamente entre os dois hospitais que estão em obras.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - Pessoal, foi garantida a palavra a todos.

Agradeço a presença de todos, os que compõem a mesa Vereadores Adolfo Quintas, Bispo Atílio. Ahmed, parabéns, você está há uma semana conosco aqui, em todas as audiências públicas, Dra. Regina, Sr. Nilson e Dra. Mariana.

Muito obrigado a todos.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.